

TEXTOS PARA DISCUSSÃO CEPAL • IPEA

LC/BRS/R.246

LC/BRS/R.245

8

Alguns aspectos da lógica de coalizões partidárias

Cidadãos e política: diagnóstico da adesão democrática, comportamento e valores

Rachel Meneguello



NACIONES UNIDAS

CEPAL

ipea

© Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, 2010

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2010

Tiragem: 250 exemplares

Meneguello, Rachel

Alguns aspectos da lógica de coalizões partidárias / Cidadãos e política: diagnóstico da adesão democrática, comportamento e valores / Rachel Meneguello. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 8).

86p.

ISSN: 2179-5495

1. Eleições presidenciais 2. Política 3. Governo 4. Partidos políticos-Brasil 5. Democracia I. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. CEPAL II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA III. Título IV. Título V. Série

CDD: 324

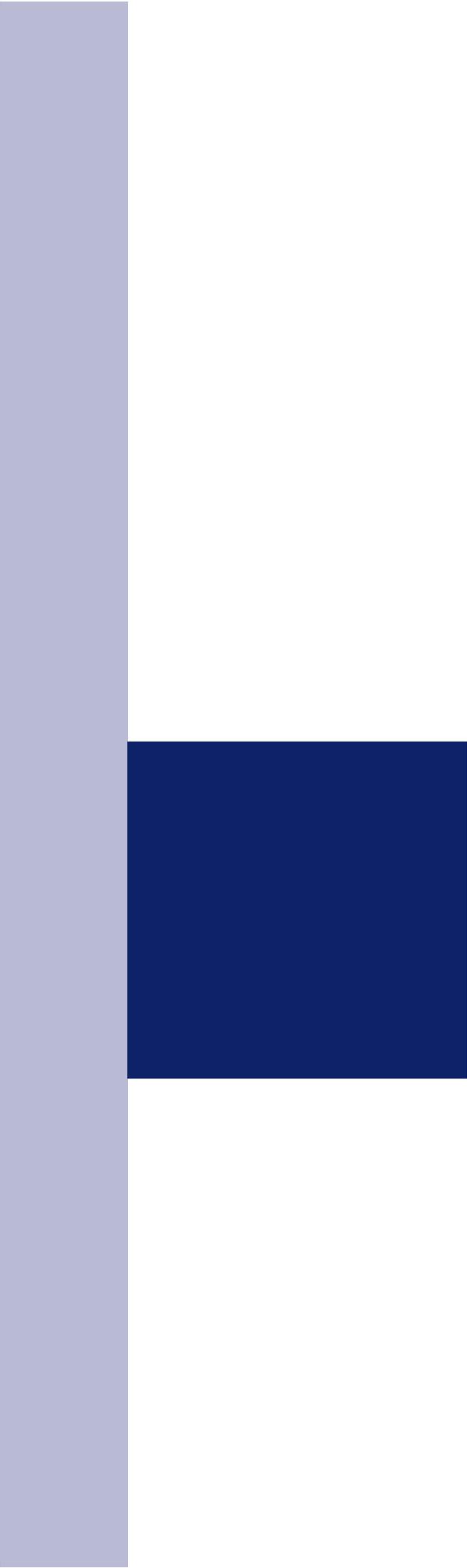
Este trabalho foi realizado no âmbito do Acordo CEPAL – IPEA.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da CEPAL e do IPEA.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

A presente publicação encontra-se disponível para *download* em <http://www.cepal.org/brasil>

LC/BRS/R.246



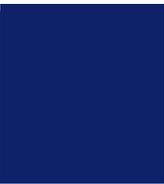
Alguns aspectos da lógica de coalizões partidárias

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO	9
1 REGRAS DO JOGO. OS EFEITOS DO PRESIDENCIALISMO SOBRE AS CONFIGURAÇÕES PARTIDÁRIAS: A LÓGICA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E DA FORMAÇÃO DOS GOVERNOS	11
2 IMPACTO DOS ARRANJOS POLÍTICOS SOBRE A ESTRUTURA PARTIDÁRIA. UMA OUTRA FACE DA LÓGICA DE COALIZÕES.....	15
3 ESTUDO DE CASO: PEQUENOS PARTIDOS NO ACRE	20
4 ESTUDO DE CASO: PEQUENOS PARTIDOS EM SÃO PAULO	24
CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIA	45





APRESENTAÇÃO

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mantêm atividades conjuntas desde 1971, abrangendo vários aspectos do estudo do desenvolvimento econômico e social do Brasil, da América Latina e do Caribe. A partir de 2010, os Textos para Discussão Cepal-Ipea passaram a constituir instrumento de divulgação dos trabalhos realizados entre as duas instituições.

Os textos divulgados por meio desta série são parte do Programa de Trabalho acordado anualmente entre a Cepal e o Ipea. Foram publicados aqui os trabalhos considerados, após análise pelas diretorias de ambas as instituições, de maior relevância e qualidade, cujos resultados merecem divulgação mais ampla.

O Escritório da Cepal no Brasil e o Ipea acreditam que, ao difundir os resultados de suas atividades conjuntas, estão contribuindo para socializar o conhecimento nas diversas áreas cobertas por seus respectivos mandatos. Os textos publicados foram produzidos por técnicos das instituições, autores convidados e consultores externos, cujas recomendações de política não refletem necessariamente as posições institucionais da Cepal ou do Ipea.



ALGUNS ASPECTOS DA LÓGICA DE COALIZÕES PARTIDÁRIAS

Rachel Meneguello¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a lógica que orienta os arranjos políticos eleitorais e governamentais e avalia o seu impacto sobre a dinâmica partidária. As possibilidades representativas contidas nas regras do sistema, por um lado, e a capacidade de governo gerada pelos variados arranjos constituídos pela dinâmica competitiva nos vários níveis, por outro, são pontos centrais para compreender as perspectivas de desenvolvimento nacional e regional, pois implicam os parâmetros de relacionamento entre os Poderes e entre os governos e a população.

As características do sistema político, as regras do jogo e a dinâmica partidária, ou seja, presidencialismo, federalismo e multipartidarismo têm sido apresentados pela literatura especializada como combinações imprudentes que condicionam os níveis de governabilidade e estabilidade (MAINWARING, 1993, 1997; LINZ; VALENZUELA, 1994). No entanto, na América Latina em geral e no Brasil em específico, essa tem sido uma combinação estável e dominante, e sob a lógica da formação de coalizões governamentais tem tido não apenas impacto positivo sobre as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo, como também sobre as formações partidárias (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2000; MENEGUELLO, 1998; MALAMUD, 2001).

No caso brasileiro, após 21 anos desde que as regras do sistema foram consagradas pela Constituição Federal de 1988, vários indicadores apontam para a estabilização do sistema partidário. No plano da representação política, em uma dinâmica que se torna visível a partir das eleições de 1994, o movimento do número de partidos efetivos, da fragmentação parlamentar e do índice de volatilidade traduzem esse processo (MELO, 2006).

1 Professora livre docente do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diretora do Centro de Estudos de Opinião Pública, da mesma universidade, e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Este trabalho contou com a colaboração de Fernando Bizarro, bolsista do CNPq-IC, na organização dos dados apresentados.

Ao nível federal, é possível observar que o movimento de presidencialização da política partidária tem clara evolução a partir de meados dos anos 1990. O poder atrativo dos significativos recursos de poder contidos nas chefias do Executivo, os níveis de autonomia embutidos no sistema e, finalmente, a personalização do processo eleitoral que se estabelece para as lideranças fazem da dinâmica eleitoral presidencialista o eixo da formatação do sistema partidário. É o que afirma Melo (2006) ao identificar a supremacia das organizações no interior do quadro partidário como produto direto de seu posicionamento nas competições presidenciais.

A literatura aponta também a importância do contexto federativo e das regras híbridas de escolha e competição para compreender os arranjos políticos estaduais, que produzem distintas formações partidárias, de contextos bipolarizados a multipartidários fragmentados e que refletem a ausência de constrangimentos organizacionais e de articulação entre as forças políticas (KINZO; BRAGA, 2007).

Ao estudar os padrões de competição estaduais, Kinzo e Braga mostram que, a partir da ocorrência das eleições executivas em dois turnos em 1990, as disputas majoritárias definiram um padrão de competição concentrado em poucas forças políticas – três no máximo –, enquanto as eleições legislativas, sob a dinâmica da representação proporcional e de formação de alianças, aprofundaram o multipartidarismo. Assim, o recurso à coligação parlamentar veio a assumir papel central na definição dos quadros partidários estaduais e das suas muitas distinções observadas no decorrer do período.

Além disso, a consequente dinâmica competitiva híbrida estadual e nacional, imposta pela lógica presidencialista, faz das coligações recurso poderoso de sobrevivência partidária nos distintos níveis de disputa, seja ampliando o potencial de representação parlamentar, seja viabilizando maiorias necessárias para os governos.

O que queremos mostrar, de um lado, é como o movimento de atração da lógica majoritária do sistema eleitoral se articula com os supostos do federalismo, por meio de seu mecanismo mais efetivo – as coligações –, promovendo traduções localizadas específicas das forças políticas organizadas. De outro lado, queremos mostrar que a lógica de coalizões majoritárias tem ganhos limitados, sobretudo para os partidos pequenos.

1

REGRAS DO JOGO. OS EFEITOS DO PRESIDENCIALISMO SOBRE AS CONFIGURAÇÕES PARTIDÁRIAS: A LÓGICA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E DA FORMAÇÃO DOS GOVERNOS

Nosso sistema político funciona sob o efeito de três vetores que, desde o início do período democrático, conduzem a composição e o funcionamento dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como condicionam o formato do sistema partidário; são eles o presidencialismo, o federalismo e o multipartidarismo. Além disso, o sistema representativo eleitoral é regido por normas híbridas, combinando arranjos majoritários e consociativos, o que promove diferenças importantes nos subsistemas partidários estaduais. Estruturado sobre eleições diretas em todos os níveis, é possível estimar a significativa influência do eleitorado na formação do sistema público nas suas instâncias legislativa e executiva e, portanto, nas características dos governos constituídos.

Partimos do suposto que governabilidade tem se estruturado sobre os laços entre os Poderes Legislativo e Executivo, por meio da formação de maiorias parlamentares, à luz do presidencialismo de coalizão. No âmbito federal, sabemos que três fatores caracterizam o funcionamento dessa dinâmica: uma lógica partidário-parlamentar, que orienta a presença dos partidos do Executivo federal segundo seu peso no Congresso; a influência da composição política da estrutura federativa na definição das equipes de governo, de forma a possibilitar níveis de cooperação entre os governos estaduais e federal; e a presença dos grandes partidos em todas as composições de governo do período, traduzindo tanto os arranjos eleitorais vencedores quanto as principais forças políticas alinhadas com a coalizão governante (MENEGUELLO, 1998). A tabela 1 mostra as coligações e os partidos participantes dos pleitos presidenciais a partir de 1989 e a tabela 2 mostra como essa dinâmica se traduziu nos governos do período.

O intuito de colocar os dados de candidatos e coligações para o pleito de 1989 é apenas mostrar como os arranjos políticos nacionais entram em equilíbrio a partir de 1994. O excessivo número de 21 candidatos a presidente em 1989, a ausência de coligações, a realização de uma eleição solteira, que potencializou a distância entre os tamanhos das organizações partidárias e as orientações de voto, não tiveram continuidade nas eleições posteriores, mesmo havendo a ocupação do espaço político por vários contendores.

Na tabela 2, o intuito de colocar a composição de governos desde o início do período é mostrar a hegemonia de certos arranjos políticos nacionais que, em boa medida, passaram a orientar a movimentação do quadro

partidário no período. É claro, cabe fazer alusão que as composições de governo peculiares do período Collor e o desenrolar de seu mandato servem de contraprova à lógica de governabilidade mencionada.

Tabela 1: Coligações e partidos concorrentes nas eleições presidenciais (1989 a 2006)

1989 (1º turno)	1994	1994	2002 (1º turno)	2006
PRN (PST/PSL)	PSDB/PFL	PSDB/PFL/PPB/PTB/PSD	PSDB/PMDB	PSDB/PFL(PPS) ¹
PT (PSB/PCdoB)	PT/PSB/PCdoB/PPS/PV/PSTU	PT/PDT/PSB/PCB/PCdoB	PT/PL/PCdoB/PMN/PCB	PT/PRB/PCdoB
PDT	PMDB/PSD	PPS/PL/PAN	PPS/PDT/PTB	(PL,PSB,PRTB) ¹
PSDB	Prona	PTdoB	PSB/PGT/PTC	PSOL/PCB/PSTU
PDS	PDT	PMN	PSTU	PSL
PL (PDC)	PPR	PSDC	PCO	PDT
PMDB	PRN	PSN		PSDC
PCB	PSC	PTN		
PFL		PSC		
PSD (PDN)		PSN		
PTB		Prona		
Prona		PV		
PSP				
PP				
PCN				
PN				
PLP				
PV				
PMN				
PPB				
PDC do B				

Fonte: disponível em: <<http://jairnicolau.iuperj.br>>.

Nota: ¹partidos em apoio informal.

Obs.: em negrito, as coligações vencedoras.

Tabela 2: Composição de governos e apoio respectivo na Câmara dos Deputados entre 1985 e 2006

	Coligações de governo, partidos representados nas equipes ministeriais	Apoio na Câmara dos Deputados (%)
Tancredo Neves/ Sarney 1 (1985/1986)	PMDB- PFL	56,6
Sarney 2 (1987)	PMDB-PFL	77,6
Sarney 3 (1989)	PMDB-PFL	53,4
Collor 1(1990)	PRN-PFL-PDS	28,7
Collor 2 (1992)	PRN-PFL-PDS-PTB-PL	43,6
Itamar 1(1992)	PMDB-PFL-PSDB-PTB-PSB	55,4
Itamar 2 (1993)	PMDB-PFL-PSDB-PP	52,5
Itamar 3(1994)	PMDB-PFL-PSDB-PP	52,5
FHC I-1 (1995)	PSDB-PFL-PTB-PMDB	56,4
FHC I-2 (1996)	PSDB-PFL-PMDB-PPB	77,0
FHC I-3 (1997)	PSDB-PFL-PMDB-PPB	78,0
FHC I-4 (1998)	PSDB-PFL-PMDB-PPB-PPS-PTB	76,6
FHC II-1 (1999)	PSDB-PFL-PMDB-PPB-PPS-PTB	74,3
FHC II-2 (2001)	PSDB-PFL-PMDB-PPB-PPS	68,2
FHC II-3 (2002)	PSDB-PFL-PMDB-PPB	62,0
FHC II-4 (2002)	PSDB-PMDB-PPB	45,1
Lula I-1 (2003)	PT-PSB-PDT-PPS-PCdoB-PV-PL-PTB	49,3
Lula I-2 (2005)	PT-PSB-PPS-PCdoB-PV-PL-PTB-PMDB	62,0
Lula I-3 (2005)	PT-PSB-PCdoB-PV-PL-PTB-PMDB	59,8
Lula I-4 (2005)	PT-PSB-PCdoB-PV-PL-PTB-PMDB	69,0
Lula I-5 (2006)	PT-PSB-PCdoB-PV-PTB-PMDB-PP-PRB	69,0
Lula I-6 (2006)	PT-PSB-PCdoB-PV-PTB-PMDB-PP	58,4

Fonte: elaboração a partir de Meneguello (1998, p. 76) e Amorim Neto (2007, p. 134).

Assim, a partir de 1994 é possível identificar um movimento na direção de maior estabilidade no multipartidarismo estabelecido, entendida como o número de partidos efetivos em torno dos quais o sistema veio se

organizando. Melo (2006) aponta, igualmente, que as eleições presidenciais do período tiveram influência nessa movimentação, afinal, as disputas nacionais a partir de 1994 adquiriram estabilidade, vários dos maiores partidos orientaram-se pela lógica dos arranjos, sem lançamento de candidaturas próprias.

O ponto específico da relação entre governo central e estaduais nos interessa. Dado que é sabido que o governo federal necessita do apoio dos governos estaduais, coalizões governantes distintas dos arranjos nacionais podem produzir dificuldades para a condução de uma linha política contínua quanto à agenda política e à formação de políticas. As condições do federalismo – distinções regionais, aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais – afetam diretamente essa relação. É uma singularidade do Estado brasileiro a combinação entre federalismo e regionalismo, e que se revela por meio do peso político das regiões brasileiras nas casas representativas (ABRUCIO, 1998; MENEGUELLO, 1998). A tradução de arranjos políticos nacionais no nível estadual é, portanto, central para o funcionamento do sistema. Uma análise de como os arranjos estaduais foram se adequando aos arranjos dominantes nacionais no período dá uma ideia de como o sistema partidário veio se estabilizando em sua multiplicidade limitada. A análise permite, igualmente, dimensionar o papel das coalizões nessa adequação.

2

IMPACTO DOS ARRANJOS POLÍTICOS SOBRE A ESTRUTURA PARTIDÁRIA. UMA OUTRA FACE DA LÓGICA DE COALIZÕES

A análise dos arranjos políticos dá indicações sobre o funcionamento do sistema. A primeira delas aponta que a relativa estabilidade do quadro de coligações e candidatos observado para as eleições presidenciais, a partir de 1994, se reproduz nos estados, indicando padrão de adesão à dinâmica de coligações como uma estratégia preferível de ganhos eleitorais, assumida inclusive por partidos importantes. Em estudo sobre o papel do presidencialismo na conformação do sistema partidário, Melo (2006) sugere que a queda sensível do número de concorrentes nas eleições presidenciais entre 1989 e 1994 e nas eleições subsequentes resulta de uma avaliação pelas forças políticas sobre a competitividade das candidaturas, definindo uma conduta reproduzida nos estados para as eleições e para os governos.

De fato, as tabelas 3 a 6, que apresentam as coligações vencedoras nos estados da Federação nas eleições de 1994 a 2006, mostram que as lideranças partidárias estaduais assumem um cálculo de competição e definem arranjos muitas vezes numericamente surpreendentes, chegando a alguns casos a 14 ou 16 organizações coligadas.

As diferenças entre os subsistemas estaduais são substantivas, alguns estados percorrem o período apresentando coligações numerosas com 10 a 12 partidos, indicando, por um lado, que se a coligação é uma estratégia preferível de ganhos políticos, ela por outro lado não parece ter impacto no volume do quadro partidário. Alguns casos indicam claramente que é a lógica da reeleição que dá durabilidade às composições partidárias numerosas, como são os casos dos estados do Mato Grosso entre 2002 e 2006; ou do Acre, entre 1998, 2002 e 2006. Mas o que parece importante destacar é que as variadas coligações estaduais vencedoras traduzem o arranjo competitivo presidencial, ou seja, as principais coligações concorrentes, sugerindo o efeito da presidencialização da competição.

No caso do Executivo federal, identificamos que se as coalizões de governo refletem as coligações eleitorais, elas necessitam ainda de apoio parlamentar para responder às imposições das maiorias justas do presidencialismo de coalizão. Dessa forma, a composição de equipes de governo traduz uma lógica de proporcionalidade entre a composição de forças partidárias no Legislativo e a composição da coalizão.

No nível estadual essa lógica se repete. Embora não apresentemos a composição partidária de cada equipe de governo a cada pleito, nossos dados permitem estimar as possibilidades de governabilidade nos estados a

partir dos ganhos no Legislativo da coalizão vencedora. Nesse aspecto, os dados mostram grandes variações entre estados. Além disso, esse indicador de governabilidade potencial é também um indicador de congruência entre os arranjos majoritário e proporcional. Vejamos o que mostram as tabelas 3 a 6.

Com relação à governabilidade potencial, os resultados eleitorais mostram, inicialmente, como a organização de maiorias parlamentares resulta de diferenças em tamanho e natureza entre os vários subsistemas. Mais importante, os dados das quatro eleições apresentadas apontam que **a lógica das coalizões eleitorais colabora menos do que se poderia esperar para obtenção de maiorias imediatas de governo**, estabelecidas na composição das Assembleias Legislativas (AL). Nos quatro pleitos, não mais que nove estados constituíram maiorias parlamentares a partir das coligações vencedoras. Além disso, em alguns estados, os cenários partidários se contrapõem: coligações numerosas de 10 a 13 partidos constituem maiorias justas, ou coligações moderadas de cinco partidos constituem maiorias mais tranquilas. Por sua vez, a eleição de 1998 traduz claramente as condições de congruência propiciadas pela Lei nº 9.504, com o maior número de estados com esse cenário estabelecido. Alguns exemplos merecem destaque: em 1994, em Sergipe, a coligação vencedora de 11 partidos obteve maioria parlamentar de 71%; em Mato Grosso, a coligação de dez partidos obteve 54% na AL, o que contrasta com Amazonas, com uma coligação de cinco partidos que produziu maioria de 54,2%. Em 1998, o caso do Amazonas destacava-se novamente e mostrava como o novo cenário de possibilidades orienta o movimento entre partidos no estado: a coligação vencedora – que é uma coligação pela reeleição – agrega então 12 partidos e obtém quase a totalidade das cadeiras da AL, 91,6%. A obtenção de maiorias parlamentares muito amplas a partir de coligações numerosas em 1998 também ocorreu para Paraíba e Bahia, respectivamente 89% e 73% das Assembleias Legislativas, ambos constituindo cenários de reeleição de governos (ver tabela 6).

No pleito de 2002 e 2006, as condições institucionais foram distintas, definidas pela verticalização das coligações² e, como mostram alguns estudos, além de não surtir em todos os estados o efeito estimado de repetição das coligações nacionais, praticamente dobrou o número de coligações nos estados e ainda aumentou o número de coligações para a Câmara dos Deputados (FLEISHER, 2007). Em 2002 e 2006, apenas cinco e seis estados, respectivamente constituem maiorias parlamentares estaduais, a partir das coligações vencedoras; com a exceção de Tocantins em 2002 e Mato Grosso em 2006, as maiorias constituídas são justas e moderadas, entre 54% e 62% das Assembleias (tabelas 5 e 6).

Na verdade, cabe sublinhar que as condições de governabilidade potencial não foram constituídas na grande maioria dos estados nas quatro eleições. Assim, em 1994, 21 dos 27 governos eleitos não contaram com maiorias nas suas Assembleias Legislativas; em 1998, o número de estados com bases parlamentares

2 A verticalização resultou de uma interpretação da Lei nº 9.504 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a partir de consulta do deputado Miro Teixeira-PDT/RJ, definida por meio de resposta pelo tribunal em março de 2002 (ver FLEISHER, 2007).

aumentou, apenas 16 dos 27 estados não contavam com elas, mas em 2002 e 2006 o número de governos constituídos sem apoio parlamentar voltou a aumentar, sendo 22 dos 27 estados com menos de 51% de apoio, em 2002, e 21 de 27 estados, em 2006.

É digno de nota que os intuitos da verticalização de coligações – reduzir o quadro partidário e evitar coligações esdrúxulas – não tiveram resultados nos estados. A composição das coligações vencedoras chega a 14 partidos, em 2002, e 13, em 2006, e na maioria desses casos com a presença de legendas muito inexpressivas.

Os dados sobre as condições de governabilidade revelam os limites da estratégia de coalizão, pois elas apenas importam quando as forças participantes produzem apoio. Mas, além disso, indicam aspectos importantes para a questão dos “ganhos”, pois o cálculo estratégico óbvio dos participantes diz respeito aos benefícios em participar.

A análise da participação dos partidos pequenos nas coligações vencedoras mostra algumas consequências importantes do sistema eleitoral. Se Melo (2006) está correto ao indicar como possível explicação do fluxo de coligações a preferência das lideranças partidárias em garantir antecipadamente um espaço na futura coalizão governista, os dados sobre “ganhos imediatos” sugerem um efeito pouco diferente.

Cabe esclarecer que por partidos pequenos definimos aqui as agremiações que não obtêm no período 5% na representação na Câmara dos Deputados e que, no conjunto de cadeiras das Assembleias Legislativas, não obtêm mais que 25 cadeiras em todo o país em cada pleito (aproximadamente 2,5%). Essas condições nos dão o seguinte conjunto de 20 partidos no período analisado: PCdoB, PRP, PV, PPS, Prona, PRN, PRTB, PSTU, PCO, PCB, PSC, PMN, PTdoB, PGT, PHS, PAN, PTC, PSL, PST, PSOL.

Uma análise da coligação vencedora em cada estado a cada eleição, segundo a obtenção de cadeiras legislativas estaduais nos pleitos concomitantes, mostra um cenário menos positivo para o conjunto dos partidos participantes.

A análise indica que boa parte dos partidos pequenos ganha muito pouco com a participação em coligações para cargos majoritários. Para dar uma dimensão dessa dinâmica, nas tabelas 3 a 6, as coligações partidárias vencedoras para os cargos de governador apresentam sombreados os partidos que não tiveram “ganhos imediatos”, ou seja, não obtiveram cadeiras nas respectivas Assembleias Legislativas nos pleitos simultâneos.

Cabe esclarecer que estamos tratando aqui de vantagens organizacionais. Há ganhos imediatos em negociações partidárias que advêm da própria lógica de coalizões eleitorais para governos e que podem significar cargos e nomeações para as equipes de primeiro escalão nos vários níveis em disputa, bem como cargos para os demais níveis da burocracia pública e vantagens variadas. Não é objeto deste trabalho apontar a



composição partidária das equipes de governos estaduais, tampouco perseguir a trajetória de nomeações partidárias nos vários escalões para comprovar benefícios objetivos da estratégia de coligação, isso requereria esforço de pesquisa maior que o dimensionado para esse trabalho. Assim, a natureza dos ganhos está limitada pelos cargos eletivos que são, certamente, objetivos de primeira ordem dos partidos.

Os dados gerais mostram que as coligações para cargos majoritários não trazem vantagens esperadas imediatas para todos os participantes e, na maior parte das vezes, também não trazem as vantagens de médio prazo para esses partidos. Por vantagens esperadas imediatas, no que respeita à circunscrição eleitoral analisada – os estados – entendem-se os ganhos no pleito legislativo simultâneo. Assim, a participação na coalizão eleitoral para o cargo majoritário de governador do estado teria como ganho estimado algum sucesso para obtenção de cadeiras na Assembleia Legislativa respectiva; por ganho de médio prazo, e em função do calendário bienal alternado entre eleição municipal e estadual, entende-se a obtenção de prefeituras e cadeiras de vereança.

Assim, observadas as cadeiras obtidas por cada partido da coligação vencedora nas Assembleias Legislativas de cada estado, temos casos de coligações com **em média 75% dos partidos participantes sem qualquer ganho no pleito**, ou seja, sem cadeira estadual. Destaco os casos de: Santa Catarina, em 1994, com cinco de seis partidos sem obtenção de cadeiras naquele pleito; Tocantins, em 1998, com 12 partidos sem ganhos de um total de 16 na coligação; Espírito Santo, em 2002, com sete partidos sem ganhos dentre nove; e Rio Grande do Sul, em 2006, com oito partidos sem obtenção de cadeiras de uma coligação de 11 partidos.

Há certamente casos positivos em que todos os partidos ou a maioria da coligação conseguem ganhos parlamentares no pleito respectivo. Os casos de ganho completo referem-se a coligações pequenas de dois a três partidos, ou ainda, partidos únicos vencedores, mas há alguns casos a destacar, como Pernambuco, com ganhos completos (ao menos uma cadeira na AL), com uma coligação vencedora de quatro partidos em 2002 e de cinco partidos em 2006, e o Amazonas também, em 2006, com uma coligação de cinco partidos, todos os exemplos de coligações numericamente moderadas.

Para as coligações maiores, o ganho completo é mais difícil, pois elas trazem conjuntos de pequenas agremiações com menos recursos políticos para obtenção de votos; mesmo assim, destacam-se os estados do Maranhão, em 1998, com ganhos para oito de 12 partidos da coligação; Mato Grosso do Sul, com ganhos para seis de oito partidos em 2002; e finalmente Minas Gerais, com ganhos para nove de dez partidos da coligação vencedora em 2006.

Até aqui os dados sugerem que a estratégia de coalizão para os pequenos partidos nos estados não resulta em ganhos partidários legislativos e deve acompanhar um cálculo de vantagens variadas, por exemplo, cargos e nomeações nos Executivos.

De qualquer forma, se os ganhos são limitados em termos imediatos nos pleitos simultâneos, poderia ser plausível estimar ganhos na circunscrição estadual obtidos nos pleitos municipais subsequentes aos estaduais, respondendo ao cálculo do que se poderia chamar de otimização das vantagens da organização e da exposição políticas. Para analisar essa possibilidade, apresentamos dois casos – São Paulo e Acre – em que buscamos os ganhos dos partidos obtidos nas eleições municipais de 1996, 2000, 2004 e 2008, os pleitos subsequentes às eleições majoritárias analisadas.

As tabelas 7a a 7d, para o Acre, e 8a a 8d, para São Paulo, mostram as composições das coligações vencedoras e perdedoras para as eleições presidenciais e de governos estaduais, o acompanhamento dos ganhos dos partidos participantes nas eleições legislativas estaduais, bem como para prefeituras e câmaras municipais dos pleitos ocorridos no período. Novamente, para nosso propósito, interessa apenas investigar os pequenos partidos.

3

ESTUDO DE CASO: PEQUENOS PARTIDOS NO ACRE

Acre é um ambiente competitivo com coligações que refletem em parte os arranjos nacionais para a eleição presidencial. No nível do estado, duas a três coligações ou partidos maiores concentram as votações majoritárias em todo o período.

Os pequenos partidos presentes no Acre no período estudado são PCdoB, PPS, PV, PSC, PMN, PSL, PSDC, Prona, PTdoB.

Nas eleições de 1994 e 1996, interessa investigar a trajetória de ganhos dos seguintes partidos: PSTU, Prona, PMN, PL, PSL, PTdoB. Dentre esses partidos, PMN, PTdoB e PSTU apresentaram candidatos a prefeito; PL e PSL não participaram de coligações anteriores e não lançaram candidatos a prefeito em 1996; PSTU e Prona apenas lançaram candidatos ou participaram de coalizões para eleições majoritárias de 1994 para presidente e governador.

As informações mostram que apenas o PMN, que não participou de qualquer coligação majoritária em 1994, obteve o ganho imediato de duas cadeiras na Assembleia Legislativa e ganhos posteriores de nível municipal mais substantivos, uma prefeitura e 12 vereadores. Além desse partido, o PL e PSL, que não estiveram em nenhuma coligação anterior e não lançaram candidatos a prefeito, obtiveram respectivamente um e dois vereadores no estado em 1996. O PSTU, que participou das coligações encabeçadas pelo PT em 1994 nos níveis federal e estadual, além de apresentar candidato a prefeito, não obteve nenhuma cadeira de vereador. Com exceção do PMN, os demais partidos não obtiveram nenhum ganho na Assembleia do estado.

No período 1998-2000, interessa analisar PMN, PSL, PL, PTdoB, Prona, PRTB. Em 2000, o número de pequenos realmente pequenos tem participação mais reduzida para o cargo majoritário de prefeito, apenas PMN e PRTB apresentam candidatos. Todos os partidos analisados nesse período no Acre, PMN, PSL, PL, PRTB, Prona e PTdoB, participaram de coligações para o governo ou lançaram candidato em 1998; PL e PMN são os que obtiveram ganhos imediatos, ou seja, cadeiras na Assembleia, duas e quatro, respectivamente. Em 2000, PL e PMN, junto ao PRTB e PTdoB obtiveram ganhos de nível municipal (14 vereadores para o PMN, três para o PTdoB, para o PRTB e um para o PL). O Prona não obteve qualquer ganho estadual em 1998 ou municipal em 2000 e o PSTU, presente em 1994, saiu da disputa estadual e municipal nesses dois pleitos no estado.

Em 2002 e 2004, o PST surge no cenário do Acre, participando da coligação ao governo; o partido não obteve nenhum ganho na Assembleia em 2002, tampouco na eleição municipal de 2004. Também não obtiveram ganhos em 2002 e 2004 o PRTB e o PTdoB, e o PSC surge pela primeira e única vez em 2004 com um vereador. Os partidos com ganhos mais substantivos nesses dois pleitos são PCdoB, PMN e PL.

As coligações para governo são adicionadas de novos participantes pequenos, PSDC e PST; PRTB e PSL lançam candidatos próprios e PMN e PL figuram nas coligações encabeçadas pelo PT de níveis federal e estadual. Nesse pleito, PL e PMN obtêm ganhos imediatos, cada qual com duas cadeiras na Assembleia Legislativa.

PSTU manteve-se ausente das disputas no estado, e Prona não figura no estado nesse pleito.

Em 2006, os partidos que obtêm cadeiras na Assembleia estão em todas as situações possíveis: figuram nas coalizões majoritárias (PCdoB e PMN), em candidatura própria ao governo (PPS), ou não figuram no pleito majoritário (PTdoB e PTN).

Há partido que mesmo em coalizão em 2006 não obteve cadeira na Assembleia, nem ganhos locais em 2008, como é o caso do PRTB. Esse partido aparece no estado na coligação para governo, em 1998, e veio a ganhar um vereador em 2000; em 2002 lançou candidato próprio ao governo, não teve ganho algum e desapareceu, participou da coligação vencedora para governo em 2006, mas também não teve ganho algum.

Finalmente, há partidos que não figuram nos pleitos de âmbito estadual, mas obtêm ganhos locais, como PTN, PHS, PTC e PV.

Os dados sobre a trajetória dos pequenos partidos no Acre sugerem alguns aspectos interessantes sobre o papel das coalizões. Em primeiro lugar, mesmo com o relativo limitado espaço político do estado (8 cadeiras na Câmara, 24 na Assembleia, 22 prefeituras e 204 vereadores), os arranjos políticos dominantes atraem a presença de pequenos partidos, mas os ganhos objetivos em cadeiras na Assembleia, nas prefeituras e nos vereadores não respondem diretamente à presença nesses arranjos. Aliás, há partidos que se estruturam de fato no estado sem e com estímulo inicial da coalizão, como é o caso do PMN. Assim como há partidos membros de coalizões dominantes que nada obtêm, como é o caso do PSTU em 1994-1996. Entretanto, é muito residual o caso de partido sem participar de pleitos majoritários, em coligação ou não, que consegue obter ganhos parlamentares estaduais; assim como também é residual o ganho de partido que apenas figura no pleito municipal.

Três pequenos partidos se estruturam efetivamente no estado. PCdoB é quem mais se estrutura, com um deputado estadual em 1994 e seis vereadores em 1996; um deputado estadual em 1998 e sete vereadores

em 2002, deputado estadual em 2002 e 22 vereadores em 2004, dois deputados estaduais em 2006 e 21 vereadores em 2008. Em seguida, quem se estrutura é o **PMN**, que aparece já em 1994 com dois deputados estaduais sem participar de coligação, um prefeito e 12 vereadores em 1996. Já como membro de coalizão dominante, o partido consegue quatro deputados estaduais em 1998 e 14 vereadores em 2000; dois deputados estaduais em 2002 e 12 vereadores em 2004; dois deputados estaduais em 2006 e nove vereadores em 2008.

Finalmente, o **PPS** aparece nas coligações estaduais em 1994 e 1998, mas é apenas em 2002 que obteve ganhos, com um deputado estadual e em 2004 com dois prefeitos e 12 vereadores; em seguida, em 2006 obteve três deputados estaduais e, em 2008, seis vereadores.

O resumo das posições dos pequenos partidos no Acre ao longo do período está a seguir:

1994-1996 (tabela 7a):

- Pequenos partidos membros de coligações em 1994 com ganhos estaduais e municipais em 1996: PCdoB.
- Pequenos partidos fora de coligação com ganho parlamentar na AL em 1994 e ganho local em 1996: PMN.
- Pequenos partidos com presença e ganhos apenas na eleição municipal de 1996: PL e PSL.
- Pequeno partido em coligações que apenas teve ganho municipal em 1996: PV.
- Pequenos partidos com candidaturas majoritárias, com ganhos em 1996: nenhum. Prona lançou candidatura própria ao governo e não teve ganho. PSTU e PPS estavam em coligação, mas não tiveram nenhum ganho.

1998-2000 (tabela 7b):

- Pequenos partidos em coligações que tiveram ganhos na AL em 1998 e no nível local em 2000: PCdoB, PL, PMN.
- Pequenos partidos membros de coligações em 1998, apenas com ganhos municipais em 2000: PPS, PTdoB, PRTB.
- Pequenos partidos com candidaturas majoritárias, sem ganho estadual e local: Prona.
- Pequeno partido membro de coligação sem nenhum ganho em 1998 e 2000: PV.

2002-2004 (tabela 7c):

- Pequenos partidos em coligações que tiveram ganhos na AL em 2002: PL, PMN, PCdoB, PPS.
- Pequenos partidos membros de coligações em 2002, apenas com ganhos municipais em 2004: PV, PSDC.
- Pequenos partidos com candidaturas majoritárias, sem ganho estadual e local: PRTB, PSL.
- Pequeno partido em coligação em 2002, sem ganho algum em 2002 e 2004: PST.
- Pequenos partidos com presença e ganhos apenas na eleição municipal de 2004: PSC.

2006-2008 (tabela 7d):

- Pequenos partidos em coligações que tiveram ganhos na AL em 2006 e no nível local em 2008: PCdoB, PMN, PPS.
- Pequenos partidos fora de coligações e sem candidaturas majoritárias, com ganhos na AL em 2006 e no nível local em 2008: PTdoB, PTN.
- Pequenos partidos membros de coligações em 2006 apenas com ganhos municipais em 2008: PL/PR.
- Pequenos partidos com candidaturas majoritárias em 2006, sem ganho em 2006 na AL, mas com ganhos (mínimos) em 2008: PSOL, PSDC.
- Pequenos partidos com candidaturas majoritárias, sem ganho estadual e local: Prona e PAN.
- Pequenos partidos com presença e ganhos (mínimos) apenas na eleição municipal de 2008: PTC, PHS, PRP (presente em candidatura majoritária para presidente em 2006), PSL (presente em candidatura majoritária para presidente em 2006) e PV.

4

ESTUDO DE CASO: PEQUENOS PARTIDOS EM SÃO PAULO

As coligações formadas para as eleições majoritárias no estado no período refletem claramente as coligações nacionais, por força de lei, e por força política. A presença no cenário federal de forças de base paulista, polarizando a competição em todo o período, encabeçadas por PSDB e PT, tem reflexo nos arranjos dominantes e na composição das coalizões.

No entanto, a competitividade interna do estado abre espaço para a presença de novas coligações ou partidos isolados lançando candidatos ao governo nas várias eleições. São os casos do PSC e PRN em 1994; a coligação encabeçada pelo PMDB e encabeçada pelo PRTB em 1998; a coligação encabeçada pelo PPB, encabeçada pelo Prona e pelos candidatos do PRTB, PV e PSL em 2002; e as candidaturas do PMDB, PSB, PV, PSC, PSL, PAN, PSDC, PTN, PTC e PCO em 2006. Em todos os casos, com as exceções do PMDB e PPB, todos são pequenos partidos.

Se, por um lado, esse quadro multipartidário estadual reflete a alta complexidade estrutural, socioeconômica e cultural que sustenta as variadas tendências e clivagens, é certo também que as possibilidades legais de organização partidária potencializam as estratégias localizadas e pessoais, levando a que o espaço político seja também ocupado por forças políticas inexpressivas. A dinâmica da competição, no entanto, parece dar conta de organizar essa multiplicação de organizações, empurrando as agremiações frágeis para o canto do sistema eleitoral, provocando fusões e incorporações.

O tamanho político do estado (70 cadeiras na Câmara, 94 cadeiras na Assembleia, 646 prefeituras, 6.270 vereadores em 2008) abre espaço para a presença de vários partidos e arranjos políticos para as eleições majoritárias estaduais, de oito em 1994, com cinco coalizões, a 14 em 2006, dos quais seis coalizões.

As coalizões têm tamanho moderado, de dois a seis partidos em todo o período, e no caso de São Paulo, elas importam para obtenção de ganhos parlamentares estaduais. Nas eleições de 1994 e 1998, apenas o Prona obteve cadeira na Assembleia, figurando em candidaturas próprias majoritárias, e em 1998, também o PV. Em 2008, apenas PV, Prona e PSC conseguiram cadeiras estaduais estando fora de coligações, mas ao final do período, competindo em todos os pleitos, esses partidos mostram estruturas locais substantivas (vereadores e prefeituras), o que certamente potencializa as possibilidades de sucesso eleitoral.

Nessa direção, os dados de São Paulo sugerem que as estruturas partidárias locais dividem a importância com a formação de coalizões como subsídios de sobrevivência dos pequenos partidos. Ao final do período, os resultados dos pleitos de 2006 e 2008 apontam que, mesmo com um espaço de ganhos partidários grande no estado, fica evidente que a presença de pequenos partidos nas eleições majoritárias para o governo, tanto por meio de candidaturas isoladas, quanto por meio de coalizões, possibilita os maiores ganhos tanto em nível estadual (AL) quanto local para prefeituras e câmaras municipais.

Além disso, a lógica da competição entre os pequenos partidos também tem impacto sobre as chances de sobrevivência, podendo levar ao enxugamento natural. É o que ocorreu em 2000 com a incorporação do PSN ao PHS, da fusão em 2006 do Prona, PL, PGT e PST em PR e da incorporação do PAN ao PTB em 2006, todos esses partidos com presença no estado nesse período.

O resumo das posições dos pequenos partidos no estado de São Paulo ao longo do período está a seguir:

1994-1996 (tabela 8a):

- Pequenos partidos em coligações que tiveram ganhos na AL em 1994 e ganhos locais em 1996: PCdoB, PMN, PSD, PL, PRP. Apenas partidos pequenos coligados ganham cadeiras na AL.
- Pequenos partidos membros de coligações em 1994 apenas com ganhos municipais em 1996: PPS, PV.
- Pequenos partidos com candidaturas majoritárias, com ganhos em 1996: PSC e PRN.
- Pequenos partidos com presença e ganhos apenas na eleição municipal de 1996: PSL, PSDC, PTN, PST, PRTB.

1998-2000 (tabela 8b):

- Pequenos partidos membros de coligações em 1998, com ganhos estaduais na AL de 1998 e ganhos na eleição de 2000: PL, PCdoB, PRTB, PPS.
- Pequenos partidos membros de coligações, em 1998, e apenas ganhos na eleição de 2000: PST, PRN, PSL, PTN, PAN, PMN, PTdoB, PGT, PRP, PHS.
- Pequeno partido com candidatura majoritária em 1998, com ganhos em 1998 e em 2000: Prona.
- Pequenos partidos com candidaturas majoritárias em 1998, com ganhos apenas em 2000: PSDC, PSC.
- PSTU não tem ganho algum.

2002-2004 (tabela 8c):

- Pequenos partidos membros de coligações em 2002 com ganhos na AL: PCdoB, PGT e PPS. O PGT não figura no quadro partidário em 2004. Somente ganham cadeiras na AL quem esteve em coalizão majoritária.
- Pequenos partidos membros de coligações em 2002, com ganhos na eleição de 2004: PCdoB, PSD, PHS, PPS, PSN, PSDC, PTN, PTdoB, PSC, PRP, PTC.

- Pequenos partidos com candidaturas majoritárias em 2002, com ganhos apenas locais em 2004: Prona, PRTB, PV, PSL, PAN.

2006-2008 (tabela 8d):

- Pequenos partidos membros de coalizões que tiveram ganhos na AL em 2006: PPS, PL, PSOL, PV, PSC.
- Pequenos partidos membros de coligações em 2006, com ganhos na eleição de 2008: PRB, PCdoB, PTN, PTdoB, PHS e PSL.
- Partido isolado com ganho na AL: Prona.
- Pequenos partidos com candidaturas majoritárias em 2006, com ganhos em 2008: PV, PSC, PTC, PSDC, PRP.
- PCO, PSTU e PCB nada ganham em 2008 e 2006.
- Partidos somente com presença municipal e ganhos municipais em 2008: PMN e PRTB .

CONCLUSÃO

O ambiente institucional que acolhe nossa competição democrática é suficientemente complexo para não permitir identificar com facilidade os efeitos de seu funcionamento sobre o sistema partidário. Em uma estrutura de poder presidencialista e federativa funcionam lógicas eleitorais distintas, sistema majoritário, sistema proporcional e coalizões partidárias.

Sabemos que desde 1994 algum equilíbrio vem ocorrendo, controlando a movimentação partidária à luz dos arranjos políticos nacionais dominantes. Mas sabemos também que os espaços políticos estaduais e as estruturas de incentivos ali estabelecidas promovem cenários múltiplos, distintos, com partidos de tamanhos variados que buscam sobrevivência em estratégias variadas.

Os dados do período analisado mostram que as coligações estaduais vencedoras traduzem os arranjos das competições presidenciais, sugerindo que o equilíbrio observado resulta da presidencialização da competição política. Mas os dados também indicam que as coalizões majoritárias são estratégias limitadas e contribuem menos do que se poderia estimar para a definição de maiorias de governo.

Da ótica dos que encabeçam coligações eleitorais majoritárias, podem significar ganhos de voto importantes, ainda que mínimos; da ótica dos demais participantes, significam cálculos estimados e incertos de ganhos no futuro governo, bem como ganhos em termos de organização partidária.

De qualquer forma, as possibilidades de governabilidade nos estados no nosso sistema não se realizam de forma ótima por meio dos ganhos legislativos dessas coalizões vencedoras. Como vimos, as condições de governabilidade potencial não foram constituídas na grande maioria dos estados nas quatro eleições abordadas ente 1994 e 2006, revelando uma dinâmica que parece responder à incongruência dominante entre os arranjos majoritário e proporcional.

Com relação ao impacto sobre a organização do sistema partidário, os dados indicaram que os ganhos advindos da participação em coalizões majoritárias e traduzidos em cadeiras no Legislativo estadual nas eleições simultâneas, ou ganhos nas eleições locais subsequentes, por meio de prefeituras e cadeiras de vereador, também são limitados.

Para os pequenos partidos, em específico, participar de coalizões majoritárias resulta em muito pouco. Em boa parte dos estados, os pequenos partidos não obtêm ganhos partidários e é plausível supor que suas



estratégias eleitorais respondem a um cálculo de vantagens de natureza distinta. Ainda assim, as diferenças entre os vários ambientes políticos estaduais abrem espaço para que, para esses partidos, as coalizões funcionem como um subsídio para a organização partidária.

Tabela 3: Composição das coalizões vencedoras para os governos estaduais, votações obtidas e cadeiras partidárias nas Assembleias Legislativas Estaduais (1994)

Estados	Partidos e coligações eleitoral-partidárias vencedoras-1994 (números em parênteses=Cadeiras, obtidas na AL; agremiações sombreadas são as que não obtiveram cadeiras na AL)	Part. sem ganho / total coalizão	Cadeiras obtidas na Assembleia Legislativa	% da coal. na AL	Votação 1º turno (%)	Votação 2º turno (%)
RO	PMDB(4)(PSB-PSDB[2])	1/3	6	25,0	42,5	63,1
AC	PPR[8](PP)	1/2	8	33,3	46,8	53,7
AM	PPR[7](PFL[2]-PTB[3]-PP[1]-PDT)	1/5	13	54,2	62,3	-
RR	PTB[5](PSC[2]-PRN)	1/3	7	41,2	44,6	58,5
PA	PSDB[2](PDT[3]-PTB[2]-PCB-PPS-PFL[3]-PSB)	3/7	10	24,4	37,2	62,7
AP	PSB[1](PDT[1]-PT[1]-PV-PCdoB)	2/5	3	5,9	48,2	54,9
TO	PPR[9](PTB-PFL[5]-PMN-PP[1]-PV)	3/6	15	62,5	58,7	-
MA	PFL[10]	-	10	23,8	47,2	50,6
PI	PMDB[5](PDT-PPS-PMN-PSDB[1]-PCdoB)	4/6	6	16,7	37,4	55,8
CE	PSDB[20](PDT[4]-PTB[1])	-	25	54,4	55,3	-
RN	PMDB[8]	-	8	33,3	52,7	-
PB	PMDB[19](PSC-PPS-PP[1]-PSD-PRP-PSDB)	5/7	20	55,6	46,6	58,3
PE	PSB[16](PDT[4]-PT[2]-PPS-PMN-PV-PCdoB)	4/7	22	45,0	54,1	-
AL	PMDB[6](PSB[2]-PTB[1]-PL-PCdoB-PSD)	3/6	10	33,6	79,4	-
SE	PSDB[1](PMDB[4]-PFL[7]-PPR[4]-PRP-PPS-PL-PTB[1]-PTdoB-PSC-PSD)	6/11	17	71,0	47,6	51,7
BA	PFL[19](PTB[4]-PSC-PL[7])	1/4	30	47,6	49,3	58,6
MG	PSDB[8](PTB[10]-PL[4])	1/3	22	28,6	27,2	58,7
ES	PT[4](PSB[2]-PCdoB)	1/3	6	20,0	46,6	63,0
RJ	PSDB[14]	-	14	20,0	37,2	56,1
SP	PSDB[17](PFL[5])	-	22	23,4	46,8	56,1
PR	PDT[9]	-	9	16,7	54,8	-
SC	PMDB[10](PTRB-PMN-PSD-PV-PRP)	5/6	10	25,0	34,0	50,8
RS	PMDB[10](PL[1]-PSDB[1])	-	12	21,8	49,2	52,2
MS	PMDB[5](PL[1]-PSB-PSD-PV-PSDB[2]-PCdoB)	4/7	8	33,3	53,7	-
MT	PDT[5](PT[1]-PMDB[3]-PSDB[1]-PSC-PMN[2]-PCdoB-PPS,PSB[1],PV)	4/10	13	54,0	71,3	-
GO	PMDB[11](PL[5]-PRN-PRP[3])	1/4	19	39,0	42,5	56,4
DF	PT[7](PSTU-PPS[1]-PSB-PCdoB)	3/6	8	33,4	37,2	53,9

Fonte: disponível em: <<http://jaironicolau.iuperj.br>>.br; TSE.

Obs.: em azul, as coalizões vencedoras que constituíram maiorias nas Assembleias Estaduais.

Tabela 4: Composição das coalizões vencedoras para os governos estaduais, votações obtidas e cadeiras partidárias nas Assembleias Legislativas Estaduais (1998)

Estados	Partidos e coligações eleitoral-partidárias vencedoras-1998 (números em parênteses=Cadeiras, obtidas na AL; agremiações sombreadas são as que não obtiveram cadeiras na AL)	Part. sem ganho / total coalizão	Cadeiras obtidas na Assembleia Legislativa	% da coal. na AL	Votação 1º turno (%)	Votação 2º turno (%)
RO	PFL [3]	–	3	12,5	35,3	53,6
AC	PT[3](PDT/PTB/PSL/PL[2])/PPS/PMN[4]/PSB/PV/PSDB[2]/PCdoB[1]/PTdoB)	7/12	12	50,0	57,7	–
AM	PFL[4](PTB[5]/PMDB[1]/PST/PSC/PL[5]/PFL[4]/PSDC[2]/PRTB/PRP/PSDB[1]/PTdoB)	5/12	22	91,6	51,1	–
RR	PPB[5](PDT[5]/PSL[4]/PST/PTN/PL/PAN/PGT/PSD)	6/9	14	58,3	47,5	54,2
PA	PSDB [8](PPB[4]/PTB[3]/PSC/PL[3]/PPS[1]/PMN/PSD[2]/PV/PTdoB)	4/10	21	51,2	44,5	53,9
AP	PSB[3](PT[3])/PPS/PAN/PSB[3]/PV/PRP/PCdoB)	5/8	9	37,5	43,0	53,6
TO	PFL[10](PPB[6]/PDT/PTB[1]/PST/PTN/PSC/PL[1]/PSDC/PRTB/PGT/PSB/PV/PRP/PSDB/PTdoB)	12/16	18	75,0	61,7	–
MA	PFL[9](PTB[1]/PMDB[4]/PSL/PST[1]/PSC[1]/PL[3]/PSDC/PRTB[2]/PSD[7]/PRP[2]/PCdoB)	3/12	30	71,4	66,0	–
PI	PMDB[9](PDT[2]/PTB/PL/PPS/PSDC/Prona/PCdoB)	6/8	11	36,6	40,6	51,0
CE	PSDB[21](PPB[2]/PTB[2]/PPS[4]/PSD)	1/5	29	63,0	62,7	–
RN	PMDB[8](PPB[4])/PPS/PAN/PRTB/PMN/PRN/PSD/PTdoB)	7/9	12	50,0	50,2	–
PB	PMDB [18](PPB[1]/PDT[2]/PTB/PSL[1]/PST/PSC/PL/PFL[5]/PSDB[5])	4/10	32	88,8	80,7	–
PE	PMDB [4](PPB[3]/PST/PTN/PL[1]/PFL[12]/PSDC[1]/PV)	3/8	21	42,8	64,1	–
AL	PSB[3](PDT/PT[2]/PST/PTN/PPS/PSN/PMN/PV/PRP/Prona/PCdoB/PTdoB[1])	10/13	6	22,2	58,6	–
SE	PSDB [4](PPB[2]/PMDB[5]/PSC[1]/PL/PPS[1]/PMN[2]/PV)	2/8	15	62,5	40,2	54,4
BA	PFL[23](PPB[6]/PTB[5]/PMDB[4]/PST/PSC[3]/PL[4]/PRN/PTdoB[1])	2/9	46	73,0	69,9	–
MG	PMDB [9](PSL/PST[1]/PTN/PSC[1]/PL[3]/PPS[2]/PAN/PRTB/PMN[3]/PTdoB)	6/11	19	24,6	44,3	57,6
ES	PSDB[4](PPB[1]/PL/PFL[6]/PSDC/PV)	2/6	11	36,6	61,3	–
RJ	PDT[3](PT[7]/PCB/PSB[3]/PCdoB[1])	1/5	14	20,0	46,9	58,0
SP	PSDB [21](PTB[5]/PSD)	1/3	26	27,6	23,0	55,4
PR	PFL [13](PPB[8]/PTB[9]/PSL/PST/PTN/PSC[1]/PL/PPS/PRN/PSB[2]/PSD/PRP/PTdoB)	9/14	33	62,2	52,2	–

Continua...

Continuação...

Estados	Partidos e coligações eleitoral-partidárias vencedoras-1998 (números em parênteses=Cadeiras, obtidas na AL; agremiações sombreadas são as que não obtiveram cadeiras na AL)	Part. sem ganho / total coalizão	Cadeiras obtidas na Assembleia Legislativa	% da coal. na AL	Votação 1º turno (%)	Votação 2º turno (%)
SC	PPB [10](PTB[1]/PSL/PST/PL/PFL[9]/PAN/PSDC/PRTB/PGT/PRN/PSDB[3]/PTdoB)	9/13	23	57,5	58,9	–
RS	PT [12](PCB/PSB[1]/PCdoB)	2/4	13	23,6	45,9	50,8
MS	PT[1](PDT[3]/PPS[2]/PAN/PSB/PCdoB)	3/6	6	25,0	32,8	61,3
MT	PSDB [6](PMN/PSB[1]/PV)	2/4	7	29,1	53,9	–
GO	PSDB [6](PPB[3]/PTB/PFL[2]/PSDC)	2/5	11	26,8	48,6	53,3
DF	PMDB [5](PPB[1]/PST/PRN/PSD[1]/PRP/Prona/PTdoB)	5/8	7	29,1	39,2	51,7

Fonte: disponível em: <<http://jairicolau.iuperj.br>>; TSE.

Obs.: em azul, as coalizões vencedoras que constituíram maiorias nas Assembleias Estaduais.

Tabela 5: Composição das coalizões vencedoras para os governos estaduais, votações obtidas e cadeiras partidárias nas Assembleias Legislativas Estaduais (2002)

Estados	Partidos e coligações eleitoral-partidárias vencedoras-2002 (números em parênteses=Cadeiras, obtidas na AL; agremiações sombreadas são as que não obtiveram cadeiras na AL)	Part. sem ganho / total coalizão	Cadeiras obtidas na Assembleia Legislativa	% da coal. na AL	Votação 1º turno (%)	Votação 2º turno (%)
RO	PSDB[3]	–	3	12,5	29,6	59,1
AC	PT[5](PV[2]-PTdoB-PMN-PCdoB[2]-PL[2]-PSDC[2])	2/7	13	54,1	63,6	–
AM	PPS[1](PFL[5]-PTB[2]-PDT[1]-PSL-PTN-PSC[1]-PSD-PSDC[2]-PRP-PHS-PAN-Prona)	7/13	12	50,0	52,4	–
RR	PSL[3](PT[1]-PST[2]-PTN[2]-PL-PFL[2]-PAN[1]-PSDC-PHS-PMN-PRP[1]-Prona-PCdoB-PTdoB)	7/14	12	50,0	48,7	53,5
PA	PSDB [7](PRP-PPB[2]-PTdoB-PSD[2]-PV-PST[2]-PFL-PRTB-Prona-PSDC)	7/11	13	31,7	34,5	51,7
AP	PDT[3](PPB-PTB[1]-PPS-PSD[2]-PTdoB[2]-PAN-PSL-PRTB)	5/9	8	33,3	36,8	54,6
TO	PFL [7](PPB[4]-PSL[4]-PST-PAN-PRTB-PRP-Prona-PTdoB-PSD-PSDB[4])	7/11	19	62,5	60,6	–
MA	PFL[14](PST-PSDC-PSC[1]-PMDB[3]-PSD[6]-PV)	3/7	24	57,1	51,1	–
PI	PT [3](PTN-PCdoB-PL[1]-PTdoB-PAN-PCB-PMN)	6/8	4	13,3	51,0	–
CE	PSDB [17](PPB[2]-PSD[1]-PV)	1/4	20	43,4	49,8	50,0
RN	PSB[2](PGT-PST)	2/3	2	8,3	37,6	61,0
PB	PSDB[10](PFL[4]-PST-PSD-PV-PRTB)	4/6	14	38,8	47,2	51,4
PE	PMDB[7](PFL[7]-PPB[3]-PSDB[6])		23	46,9	60,4	

Continua...

Continuação...

Estados	Partidos e coligações eleitoral-partidárias vencedoras-2002 (números em parênteses=Cadeiras, obtidas na AL; agremiações sombreadas são as que não obtiveram cadeiras na AL)	Part. sem ganho / total coalizão	Cadeiras obtidas na Assembleia Legislativa	% da coal. na AL	Votação 1º turno (%)	Votação 2º turno (%)
AL	PSB[4] (PST-PAN-PHS-PSC-PTC-PSDC-PV-Prona[1]-PRP[1]-PGT-PTdoB[2]-PSL[1])	8/13	9	33,3	52,9	–
SE	PFL[3] (PPB[1]-PDT[3]-PST-PPS[3]-PHS-PSD-PTdoB)	4/8	10	41,6	43,6	55,0
BA	PFL[18] (PPB[7]-PTB[4]-PTN-PST[4])	1/5	33	52,3	53,7	–
MG	PSDB[11] (PPB[6]-PSL-PTN-PFL[5]-PAN-PRTB[2]-PHS-PV[1])	3/8	25	32,4	57,7	–
ES	PSB [2](PSD-PSC[1]-Prona-PTdoB-PV-PAN-PSL-PHS)	7/9	3	10,0	54,0	–
RJ	PSB[12] (PPB[6]-PST-PTC-PSC[3]-PRP-PSD-PGT)	5/8	21	30,0	51,3	–
SP	PSDB[18] (PFL[6]-PSD)	1/3	24	25,5	38,3	58,6
PR	PMDB[8]	–	8	14,8	26,2	55,2
SC	PMDB[7] (PSDB[3])	–	10	25,0	30,1	50,3
RS	PMDB[9] (PHS-PSDB[3])	1/3	12	21,8	41,2	52,7
MS	PT[3] (PSL[2]-PTN-PSC-PL[3]-PSDC-PSD-PCdoB)	2/8	8	37,5	48,3	53,7
MT	PPS [2](PPB[1]-PTN-PSC-PFL[3]-PAN-PSDC-PRTB-PSD-PV-PRP-PTdoB)	9/12	6	25,0	50,7	–
GO	PSDB[12] (PPB[4]-PSL-PST[1]-PSC-PFL[3]-PAN-PSDC[1]-PRTB-PHS[1]-PSD-PRP[1])	5/12	23	56,0	51,2	–
DF	PMDB [5](PFL[2]-PRP-PSD[2]PSDB[2]-PSL-PST)	3/7	11	45,8	43,0	50,6

Fonte: disponível em: <<http://jairnicolau.iuperj.br>>; TSE.

Obs.: em azul, as coalizões vencedoras que constituíram maiorias nas Assembleias Estaduais.

Tabela 6: Composição das coalizões vencedoras para os governos estaduais, votações obtidas e cadeiras partidárias nas Assembleias Legislativas Estaduais (2006)

Estados	Partidos e coligações eleitoral-partidárias vencedoras-2006 (números em parênteses=Cadeiras, obtidas na AL; agremiações sombreadas são as que não obtiveram cadeiras na AL)	Part. sem ganho / total coalizão	Cadeiras obtidas na Assembleia Legislativa	% da coal. na AL	Votação 1º turno (%)	Votação 2º turno (%)
RO	PPS[2](PTN[2]/PFL/PAN/PV[2]/Prona)	3/6	6	25,0	54,1	–
AC	PT[7] (PP[1] / PL / PRTB / PMN[2] / PSB[2] / PCdoB[2])	2/7	14	58,3	53,1	–
AM	PMDB[4](PP[3]/PTB[1]/PRTB[1]/PMN[2])	–	11	45,8	50,6	–
RR	PSDB[4](PP/PTB/PL[3]/PFL[3])	2/5	10	41,6	62,4	–

Estados	Partidos e coligações eleitoral-partidárias vencedoras-2006 (números em parênteses=Cadeiras, obtidas na AL; agremiações sombreadas são as que não obtiveram cadeiras na AL)	Part. sem ganho / total coalizão	Cadeiras obtidas na Assembleia Legislativa	% da coal. na AL	Votação 1º turno (%)	Votação 2º turno (%)
PA	PT[6](PRB[1]/PTN/PSB[1]/PCdoB)	2/5	8	19,5	37,5	54,9
AP	PDT[3](PP/PMDB[3]/PV[2]/PSC[1]/Prona)	2/6	9	37,5	53,7	–
TO	PMDB[6](PPS[1]/PFL[4])	–	11	45,8	51,5	–
MA	PDT[6](PPS[1]/PAN)	1/3	7	16,6	34,4	51,8
PI	PT[5](PSB[2]/PTB[2]/PCdoB[1]/PL[1])	–	11	36,6	61,7	–
CE	PSB[8](PT[3]/PCdoB[1]/PMDB[7]/PRB/PP/PHS[2]/PMN/PV[2])	3/8	23	50,0	62,4	–
RN	PSB[4](PTB/PT[1]/PL/PPS[1]/PHS[1]/PMN[5]/PCdoB/PTdoB)	4/9	12	50,0	49,6	52,4
PB	PSDB[9](PP[1]/PTB[1]/PTN/PL/PFL[6]/PTC/PTdoB)	4/8	17	47,2	49,7	51,4
PE	PSB[7](PP[1]/PDT[2]/PSC[2]/PL[1])	–	13	26,5	33,8	65,4
AL	PSDB[2](PMDB[1]/PPS[1]/PTdoB[2])	–	6	22,2	55,9	–
SE	PT[4](PTB[1]/PMDB[1]/PL[1]/PSB[1]/PCdoB)	1/6	8	33,3	52,5	–
BA	PT[10](PMDB[6]/PCDOB[3]/PSB[1]/PPS/PV/PTB/PMN[1]/PRB)	4/9	21	33,3	52,9	–
MG	PSDB[16](PP[4]/PTB[3]/PSC[3]/PL[3]/PPS[4]/PFL[7]/PAN/PHS[1]/PSB[1])	1/10	42	54,5	77,0	–
ES	PMDB[3](PTB[4]/PFL[3]/PSDB[1])	–	11	36,6	77,3	–
RJ	PMDB[17](PTB[1]/PP[2]/PSC[5]/PL[2]/PAN[2]/PMN[2]/PTC[1]/Prona[1])	–	33	47,1	41,4	68,0
SP	PSDB[24](PFL[11]/PTB[4]/PPS[5])	–	44	46,8	57,9	–
PR	PMDB[17](PSC)	1/2	17	31,4	42,8	50,1
SC	PMDB[11](PFL[6]/PSDB[6]/PPS[1]/PRTB/PTdoB/PAN/PHS)	4/8	24	60,0	48,9	52,7
RS	PSDB[5](PSC/PL/PPS[4]/PFL[3]/PAN/PRTB/PHS/PTC/Prona/PTdoB)	8/11	12	21,8	32,9	53,9
MS	PMDB[7](PSC/PL[3]/PPS/PFL[1]/PAN/PRTB[1]/PMN/PTC/PSDB[2]/PTdoB[1])	5/11	15	62,5	61,3	–
MT	PPS[5](PTB[1]/PP[4]/PMDB[4]/PTN/PL[5]/PFL/PAN/PRTB/PMN/PTC/PSB/PV)	8/13	19	79,1	65,4	–
GO	PP[2](PTB[4]/PTN/PL[4]/PPS/PAN/PRTB/PHS/PMN/PV/PRP/PSDB[10]/PTdoB[2])	8/13	22	53,6	48,2	57,1
DF	PFL[4](PP[1]/PTN/PSC/PL[1]/PPS[1]/PMN[1]/Prona[1])	2/8	9	37,5	50,4	–

Fonte: disponível em: <http://jaironicolau.iuperj.br>; TSE.

Obs.: em azul, as coalizações vencedoras que constituíram maiorias nas Assembleias Estaduais.

Tabela 7A: Acre 1994 e 1996 – dados para as eleições para Presidência, governo, Senado, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa, Prefeitura e Câmara de Vereadores

Presidente			Governador			Senado	Dep. fed.	Dep. est.	1996 **	
Colig.	Vot. nac.	Vot. est.	Colig.	1º turno	2º turno	Vot.	Cad.	Cad.	Pref.	Ver.
PSDB			PSDB							2
PFL	54,3	54,0						5	4	46
PTB				27,3	46,3					
PMDB	4,4	10,6	PMDB			37,6	4	6	9	57
PSD										
PDT	3,2	1,3	PDT							2
PT			PT			21,4		2	3	19
PSB			PSB							
PCdoB	27,0	23,8	PCdoB	24,7				1		6
PV			PV							1
PSTU			PSTU							
			PPS							
Prona	7,4	7,6	Prona	1,2		3,3				
PPR	2,7	1,3	PPR	46,8	53,7	33,7	3	8	5*	61
			PP				1			
			PMN					2	1	12
			PL							1
			PSL							2

Fonte: disponível em: <<http://jairicolau.iuperj.br>>; TSE; Ipeadata.

Nota: * em 1995, o PPR fundiu-se com o PP formando o PPB.

Obs.: o PTdoB também apresentou candidato a prefeito em 1996.

Tabela 7B: Acre 1998 e 2000 – dados para as eleições para Presidência, governo, Senado, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa, Prefeitura e Câmara de Vereadores

Presidente			Governador			Dep. fed.	Dep. est. 2000**			
Colig.	Vot. nac. 1º turno	Vot. est. 1º turno	Colig.	1º turno	Vot.	Cad.	Cad.	Pref.	Ver.	
PFL	53,1	46,8	PFL	26,3	18	3	3	2	32	
PPB			PPB			1	5	5	25	
PSD										
PTB										
PSDB			PSDB				2	3	24	
PT	31,7	30,9	PT	57,7	52,9	2	3	7	46	
PDT			PDT			1			2	
PSB			PSB							3
PCdoB			PCdoB				1		7	
PCB										
			PSL							
			PL				2		1	
PMN	0,4	0,8	PMN				4		14	
PPS	11	13,9	PPS						10	
PL										
PAN										
PV	0,3	0,4	PV							
			PTdoB						3	
Prona	2,1	5,4	Prona	1,3						
PSTU	0,3	0,3								
PTdoB	0,3	0,5								
PSDC	0,3	0,3								
PTN	0,2	0,2								
PSC	0,2	0,1								
PSN	0,2	0,3								
			PMDB	14,7	29,1	1	4	5	41	
			PRTB							1

Fonte: disponível em: <<http://jaironicolau.iuperj.br>>; TSE; Ipeadata.

Tabela 7C: Acre 2002 e 2004 – dados para as eleições para Presidência, governo, Senado, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa, Prefeitura e Câmara de Vereadores

Presidente				Governador / Senador.			Dep. fed.	Dep. est.	2004			
Colig.	Vot. nac. 1º turno	Vot. est. 2º turno	Vot. est. 1º turno	Colig.	1º turno	Vot.	Cad.	Cad.	Part.	Pref.	Ver.	
PT	46,4	60,3	46,8	PT	63,6	32,3	3	5		10	57	
PCB												
PL				PL				2		2	11	
PMN				PMN				2			12	
PCdoB				PCdoB			1	2			22	
				PV							3	
				PTdoB								
				PSDC						1	7	
PSDB	23,2	39,7	19	PSDB				2		2	9	
PMDB				PMDB			33,6	1	2		1	16
				PPB/PP						1	12	
				PFL							19	
				PST								
PSB	17,9		17,5				21,5		1	1	15	
PGT												
PTC												
PPS				PPS			2,3	1	1		2	12
PDT	12		16,6	PDT					1		3	
PTB				PTB						2	5	
PSTU	0,5		0,1									
PCO				0								
				PRTB			0,2					
				PSL			0,2					
									PSC		1	

Fonte: disponível em: <<http://jairicolau.iuperj.br>>; TSE; lpeadata.

Tabela 7D: Acre 2006 e 2008 – dados para as eleições para Presidência, governo, Senado, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa, Prefeitura e Câmara de Vereadores

Presidente				Governador		Sen.	Dep. fed.	Dep. est.	2008		
Colig.	Nac. 1º turno	Est. 1º turno	Nac. 2º turno	Colig.	1º turno	Vot.	Cad.	Cad.	Pref. cad.	Ver.	
PSDB	41,6	51,2	52,3	PSDB	11,1			2	1	13	
PFL					PFL*	9,7					4
					PTB						
PT	48,6	42,6	47,7	PT	53,1	88,8	3	7	12	52	
PRB											
PCdoB				PCdoB			1	2		21	
				PP			1	1	3	30	
				PL/PR					1	5	
				PRTB							
				PMN			1	2		9	
				PSB				2	1	20	
PSOL				PSOL	0,3	1,1				2	
PSTU	6,8	4,2									
PCB											
PDT	2,6	1,2						1		2	
				PMDB			1	2	4	24	
				PPS	35,1		1	3		6	
				PTdoB				1		2	
				PTN				1		5	
				PHS						1	
PRP	0,1	0,2		PRP						2	
PSDC	0,1	0,1		PSDC	0,1					1	
PSL	0,1	0		PSL						1	
				PTC						1	
				PV						1	
				PRONA	0,1						
				PAN	0,2						

Fonte: disponível em: <<http://jairnicolau.iuperj.br>>; TSE; Ipeadata.
Nota: * o PFL mudou seu nome para DEM em 2007.

Tabela 8A: São Paulo 1994 e 1996 – dados para as eleições para Presidência, governo, Senado, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa, Prefeitura e Câmara de Vereadores

Presidente			Governador			Sen.	Dep. fed.	Dep. est.	1996	
Colig.	Vot. nac.	Vot. est.	Colig.	1º Turno	2º Turno	Vot.	Cad.	Cad.	Pref. cad.	Ver. cad.
PSDB			PSDB			27,7	15	17	221	1631
PFL	54,3	55,7	PFL	46,8	56,1	12,3	3	5	105	1331
PTB							3	7	41	617
PT			PT			18,0	14	16	12	284
PSB			PSB				1	1	9	103
PCdoB	27,0	27,0	PCdoB				1	2		12
PV				14,9	43,9					
PSTU			PSTU							
			PMN					1	2	39
			PPS			5,1			3	45
Prona	7,4	8,9	Prona	1,0		1,5		1		9
PMDB			PMDB			3,5	14	23	109	1757
PSD	4,4	5,8	PSD	11,3			2	2	19	233
			PL			23,1	5	5	22	370
PDT	3,2	0,4	PDT			0,8	2	3	26,0	352
			PV	22,6					6	74
			PRP			0,8	1	2	11	104
PPR	2,7	1,6	PPR	2,3		1,5	8	9	*	
			PP				1		54*	876
			PSL						3	94
			PSDC						1	23
			PTN						1	9
			PSC	1,0						33
			PST							31
			PTdoB							20
			PRN	0,5						12
			PRTB							2

Fonte: disponível em: <<http://jairnicolau.iuperj.br>>; TSE; lpeadata.
Nota: *em 1995, o PPR fundiu-se com o PP formando o PPB.

Tabela 8B: São Paulo 1998 e 2000 – dados para as eleições para Presidência, governo, Senado, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa, Prefeitura e Câmara de Vereadores

Presidente			Governador				Dep. fed.	Dep. est.	2000	
Colig.	Nac. 1º turno	Est. 1º turno	Colig.	1º turno	2º turno	Vot.	Cad.	Cad.	Pref. cad.	Ver. cad.
PSDB			PSDB				15	21	178	1469
PTB			PTB	23	55,4	14,8	5	5	72	866
PSD	53,1	59,9	PSD						13	170
PFL			PFL				8	11	89	1034
PPB			PPB			36,9	12	11	34	696
			PST	32,2	44,6				1	68
			PL				2	5	32	384
			PRN							2
			PSL						2	37
PTN	0,2	0,2	PTN							17
PSN	0,2	0,1	PSN	17,1			*			
PDT			PDT				4	7	21	424
PCB			PAN							1
PSB	31,7	28,8					2	2		225
PT			PT			43,1	14	14	38	430
PCdoB			PCdoB				1	2		18
			PCB							
PPS	11	7,4	PPS	22,5			1	3	32	556
PAN										
PL										
PMN	0,4	0,2	PMN						1	36
Prona	2,1	2,4	Prona	0,4		0,7	1	3		6
PV	0,3	0,3				0,3		1	4	138
PSTU	0,3	0,2	PSTU	0,2		0,2				
PSDC	0,3	0,3	PSDC	0,1		0,6			1	24
PSC	0,2	0,1	PSC	0,1						40

Continua...

Continuação...

Presidente			Governador				Dep. fed.	Dep. est.	2000	
Colig.	Nac. 1º turno	Est. 1º turno	Colig.	1º turno	2º turno	Vot.	Cad.	Cad.	Pref. cad.	Ver. cad.
PTdoB	0,3	0,2	PTdoB							10
			PMDB			1,9	5	8	111	1221
			PGT	4,3		0,1				12
			PRP						4	76
			PRTB					1		18
			PHS*	0,1						17

Fonte: disponível em: <<http://jairnicolau.iuperj.br>>; TSE; Ipeadata.

Nota: *PSN se incorporou ao PHS em jan/2000.

Tabela 8C: São Paulo 2002 e 2004 – dados para as eleições para Presidência, governo, Senado, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa, Prefeitura e Câmara de Vereadores

Presidente				Governador			Sen.	Dep. fed.	Dep. est.	2004		
Colig.	Nac. 1º turno	Est. 1º turno	Nac. 2º turno	Colig.	1º turno	2º turno	Vot.	Cad.	Cad.	Part.	Pref.	Ver.
PT	46,4	46,1	55,4	PT	32,4	41,4	29,9	18	23		57	516
PCB				PCB								
PL								3	2		34	451
PMN											1	29
PCdoB				PCdoB				2	2		1	22
PSDB	23,2	28,5	44,6	PSDB				11	18		195	1.164
				PFL	38,3	58,6	20,7		6		74	763
				PSD							*	
PMDB				PMDB	1,3			4	4		89	738
PSB	17,9	14,1		PSB	1,1			5	5		16	256
PTC												
PGT				PGT					1		**	
				PHS	3,6						4	44
				PST							**	

Continua...

Continuação...

Presidente				Governador			Sen.	Dep. fed.	Dep. est.	2004		
Colig.	Nac. 1º turno	Est. 1º turno	Nac. 2º turno	Colig.	1º turno	2º turno	Vot.	Cad.	Cad.	Part.	Pref.	Ver.
PPS				PPS				3	5		36	475
PDT	12	10,6		PDT	1			1	4		23	330
PTB				PTB				5	6		65	681
PSTU	0,5	0,7		PSTU	0,2							
PCO	0	0		PCO	0,02							
				PAN	0,02						1	4
				PPB						PP	28	356
				PL**	21,4						34	
				PSDC							1	29
				PTN								17
				Prona	0,2							8
				PTdoB								12
				PSC							1	39
				PRP	0,09						1	47
				PTC								13
				PRTB	0,04							25
				PV	0,3						16	189
				PSL	0,04						3	40

Fonte: disponível em: <<http://jairicolau.iuperj.br>>; TSE; Ipeadata.

Nota: * PSD foi incorporado ao PTB em 2002, após a eleição.

** PGT e PST fundiram-se ao PL em 2003.

Tabela 8D: São Paulo 2006 e 2008 – dados para as eleições para Presidência, governo, Senado, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa, Prefeitura e Câmara de Vereadores

Presidente					Governador		Sen.	Dep. fed.	Dep. est.	2008			
Colig.	Nac. 1º turno	Est. 1º turno	Nac. 2º turno	Est. 2º turno	Colig.	1º turno	Vot.	Cad.	Cad.		Pref. cad.	Ver. cad.	
PSDB	41,6	54,2	52,3	39,2	PSDB	57,9	43,7	18	24		205	1120	
PFL									5	11	75	708	
									4	4	PTB+ PAN	61	645
									2	5		29	419
PT	48,6	36,8	47,7	60,8	PT	31,7	47,8	14	20		63	515	
PRB										2	77		
PCdoB										1	35		
										2	2	PR	25
PSOL					PSOL			1	2		0	4	
PSTU	6,8	7,1			PSTU	2,5					0	0	
PCB					PCB						0		
PDT	2,6	1,7			PDT	2,0	1,0		5		28	356	
					PP	4,6		5	2		25	354	
					PMDB			3	4		70	699	
					PSB	0,18		4	4		26	362	
					PV	0,87		5	8		23	335	
					PSC	0,08		1	2		6	126	
					PTC	0,03		1			0	7	
					PCO	0,03					0	0	
					PAN	0,03				***			
					PHS						2	15	
PSL	0,1	0,1			PSL	0,02					1	31	
PSDC	0,1	0,1			PSDC	0,03					0	35	

Continua...

Continuação...

Presidente					Governador		Sen.	Dep. fed.	Dep. est.	2008		
Colig.	Nac. 1º turno	Est. 1º turno	Nac. 2º turno	Est. 2º turno	Colig.	1º turno	Vot.	Cad.	Cad.		Pref. cad.	Ver. cad.
					PTdoB/	0.03					0	8
					PTN						0	12
PRP	0,1	0,1			PRP						1	32
					Prona			1	1	**		
										PRTB	0	6
										PMN	3	26

Fonte: disponível em: <<http://jaironicolau.iuperj.br>>; TSE; Ipeadata.

Nota: * O PFL mudou seu nome em 2007, passando a ser identificado como Democratas (DEM).

** em out./2006, Prona, PL, PST e PGT fundem-se no PR.

*** PAN foi incorporado ao PTB em out./2006.

REFERÊNCIA

ABRUCIO, F. **Os barões da Federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. [S.l.]: Ed. Hucitec, 1998.

ABRANCHES, S. **O presidencialismo de coalizão**: o dilema institucional brasileiro. Revista Dados, v. 31, 1988.

AMORIN NETO, O. O Poder Executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. [S.l.]: Edunesp-konrad Adenauer, 2007.

BUDGE, I.; KEMAN, H. **Parties and Democracy. Coalition formation and government functioning in twenty states**. Oxford: UP, 1990.

FERREIRA, D. P.; BATISTA, C. M.; STABILE, M. **A evolução do sistema partidário brasileiro**: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. Opinião Pública, v. 14, n. 2, 2008.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. **Presidential Power, Legislative Organization, and Party Behavior in Brazil**. Comparative Politics, 32 (2), 2000.

FLEISCHER, D. Os partidos políticos. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. [S.l.]: Edunesp-konrad Adenauer, 2007.

KINZO, M. d'A.; BRAGA, M. do S. S. Sistema eleitoral, competição partidária e representação parlamentar nos legislativos estaduais. In: KINZO, M. d'A.; BRAGA, M. do S. S. (Org.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. Humanitas, Fapesp, 2007.

LINZ, J. J.; VALENZUELA, A. **The Failure of Presidential Democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1994.

MAINWARING, S. **Presidentialism, Multipartism, and Democracy**: the Difficult Combination. Comparative Political Studies, 26 (2), 1993.

_____. Multipartism, Robust Federalism, and Presidentialism in Brazil. Presidentialism and Democracy. In:

MAINWARING, S.; SHUGART, M. S. (Ed.). **Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MALAMUD, A. **Presidentialism in the Southern Cone**. A Framework for Analysis. [S.l.]: European University Institute, 2001 (Working Paper SPS, n. 2001/1).

MELO, C. R. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. In: RENNO, L; SOARES, G. **Reforma política. Lições da História Recente**. [S.l.]: Fundação Getulio Vargas (FGV), 2006.

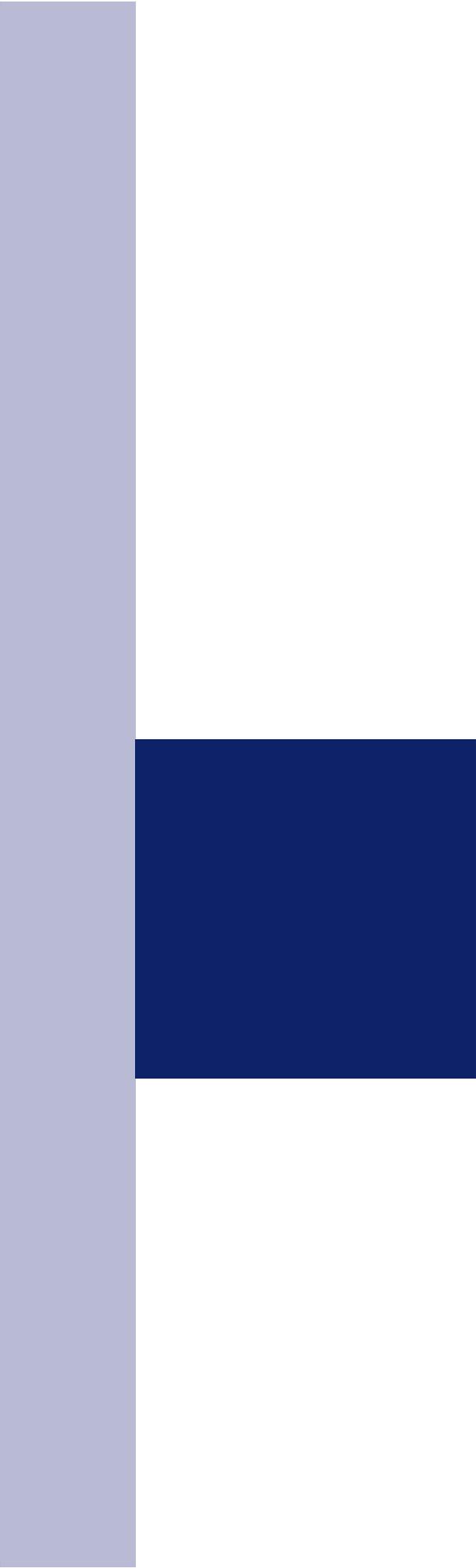
MENEGUELLO, R. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. [S.l.]: Ed. Paz e Terra, 1998.

PASQUINO, G. The Impact of Institutions on Party Government: tentative hypotheses. In: CASTLES; WILDENMANN (Ed.). **The Future of Party Government**. 1986 (Volume I 1 Visions and Realities of Party Government).

SOUZA, C. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Rev. Sociol. Polit.**, n. 24, 2005.



LC/BRS/R.245



**Cidadãos e política: diagnóstico
da adesão democrática,
comportamento e valores**

Sumário

INTRODUÇÃO	51
1 ECONOMIA E POLÍTICA: ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA COMO EVENTO POLITIZADOR	55
2 ADESÃO E DESEMPENHO DEMOCRÁTICO.....	61
2.1 ADESÃO DEMOCRÁTICA COMO DIMENSÃO NORMATIVA.....	63
2.2 DIMENSÃO DO DESEMPENHO DEMOCRÁTICO	66
2.3 PROGRAMAS SOCIAIS COMO INTERMEDIÁRIOS DA PERCEPÇÃO E DA AVALIAÇÃO DO SISTEMA	69
CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIA	74
ANEXO	78



CIDADÃOS E POLÍTICA: DIAGNÓSTICO DA ADESÃO DEMOCRÁTICA, COMPORTAMENTO E VALORES

Rachel Meneguello¹

INTRODUÇÃO

Este ensaio faz um diagnóstico das transformações no mapa de referências dos cidadãos para formação da legitimidade democrática. No contexto de forte desconfiança institucional, o texto aborda os determinantes da avaliação do desempenho do regime e dos governos e identifica os atalhos constituídos pela economia e pela gestão pública para intermediação dos cidadãos com o sistema político.

Sua motivação reside nas preocupações com o relacionamento entre o Estado e os cidadãos em tempos de redefinição da agenda de políticas que buscam aprofundar o grau de sintonia ou “congruência” entre governo e sociedade. Essa ideia de “congruência” emerge na literatura que analisa o relacionamento entre o estado democrático e os cidadãos, bem como à medida que os processos políticos e os mecanismos institucionais que embasam os governos produzem respostas governamentais satisfatórias às demandas, por meio da priorização e da implementação de políticas (KLINGEMANN; FUCHS, 1998).

Quando enfocamos a sintonia entre respostas governamentais e demandas dos cidadãos, as medidas de opinião atuam de forma indireta no conjunto dos vários atores que representam interesses e fornecem uma medida de reação às ações de governo, traduzindo as pressões que se exercem sobre ele (MONROE, 1998; HOWLETT, 2000).

Assim, a opinião pública exerce papel central como medida de apoio e dá indicações sobre a margem de mudança do sistema e a forma de condução dos processos políticos. Além disso, o grau de consistência entre as políticas implementadas e a opinião pública possibilita dimensionar a capacidade de penetração no Estado das preferências estabelecidas e revela, em última instância, sua permeabilidade à sociedade e suas demandas.

¹ Professora livre docente do Departamento de Ciência Política da Universidade de Campinas (Unicamp), diretora do Centro de Estudos de Opinião Pública da mesma universidade e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Essas questões ganham singular importância em configurações políticas em que governos democráticos eleitos com programas ideológicos de esquerda enfrentam as imposições dos programas de ajuste. A busca da viabilidade e da sustentação políticas, obtidas por meio da negociação entre grupos e do apoio ampliado para sua implementação, é o nó górdio da legitimidade do sistema (HAGGARD; WEBB, 1994).

Para os países da América Latina e, sobretudo, do Cone Sul, que experimentaram ditaduras militares nas décadas de 1960, 1970 e 1980, a preocupação com o processo de transição política e com as bases de adesão democrática tem significado central. Os processos políticos de democratização foram acompanhados de perto por ações de reestruturação estatal, das quais os processos de desestatização e privatização foram seus principais vetores, sobretudo no que respeita à redefinição das ações sociais e à reestruturação dos serviços públicos. Tratava-se de superar cenários marcados pela depressão generalizada, depreciação dos indicadores de crescimento e um quadro social deficitário herdado dos regimes autoritários anteriores.

No início dos anos 1990, a questão democrática apareceu equacionada para os vários países, mas as economias nacionais não atingiram patamares sólidos de recuperação e, para algumas situações, a equação do ajuste culminou em grave desestruturação econômica. Assim, apesar do êxito em vários países do processo de construção institucional e da consagração da dinâmica eleitoral-partidária como mecanismo de alternância entre governos, que possibilitaram a aceitação da democracia pelas elites de direita e as recentes vitórias de governos de esquerda, os governos e as políticas compensatórias não foram capazes de responder adequadamente às fortes desigualdades sociais. Em alguns países, as distinções socioeconômicas potencializadas pela crise aprofundaram o conflito social, desenhando um terreno propício a lideranças personalistas e populistas. Nesses contextos, têm peso considerável para definir a estabilidade do sistema a presença de bases de engajamento cívico e as formas de relação dos cidadãos com a política, sobretudo voltadas para a valorização das instituições representativas.

O fato é que em países com experiências ditatoriais passadas recentes, a herança autoritária tem peso definitivo sobre a definição de parâmetros de participação cívica. Os cenários produzidos pelas novas democracias são paradoxos que combinam o aumento da cognição sobre o regime e sua valorização com o aumento da desconfiança institucional e a insatisfação com o sistema, em uma lógica que expressa uma cultura política própria das transições, marcadas por dimensões subjetivas híbridas quanto à percepção sobre a democracia.

Dados recentes sobre a adesão à democracia na América Latina mostram o predomínio da preferência pelo regime democrático como melhor forma de governo existente e indicam na desconfiança das instituições

representativas e nos baixos índices de interesse e participação na política convencional, bem como a desconfiança interpessoal, a falta de interesse e a baixa participação na política convencional, alguns dos mais centrais dilemas. As informações sugerem, no entanto, que, na região em geral, as eleições são definidas como marco de inclusão e intervenção políticas, e é a crescente percepção da eficiência e da validade dos processos eleitorais que dá garantia ao funcionamento do sistema (SELIGSON, 2008).

Este cenário inclui a democracia brasileira. As pesquisas realizadas nesse período de 24 anos de experiência democrática mostram que, apesar da consolidação de mecanismos e procedimentos de participação política, persiste no funcionamento democrático brasileiro a presença de forte desvalorização das instituições representativas. Em pesquisas de âmbito nacional conduzidas em 2006, um ano após as denúncias de corrupção que atingiram boa parte do Congresso, os partidos políticos e o Congresso Nacional recebiam da população uma avaliação fortemente negativa de sua atuação e não eram percebidas como as instituições mais associadas à formação do apoio à democracia, reiterando a relação incompleta com a política representativa encontrada nos períodos anteriores e reforçando a atual crise generalizada de representatividade.

Contudo, nas mesmas pesquisas, em média 70% dos entrevistados afirmavam a democracia como a melhor forma de governo existente, somando pontos a uma preferência tendencialmente crescente observada desde fins dos anos 1980. Os dados mostram que entre a primeira eleição presidencial direta do período em 1989 e a última eleição presidencial de 2006, a preferência da população pela democracia aumentou mais de 21 pontos (gráfico 1).

Os dados desse período mostram ainda que um dos principais ganhos do processo democrático foi o aumento da cognição sobre a democracia. Entre 1989 e 2006, há uma diminuição considerável da proporção de pessoas que não sabem seu conteúdo e significado – de cerca de 40% para 25% (MENEGUELLO, 2007), uma informação central para contestar Dahl (2000) quando afirma que as pessoas não sabem o que preferem quando afirmam preferir a democracia.

Entretanto, os valores e os conteúdos percebidos pela população são estreitamente associados à ideia de democracia como um sistema que viabiliza a escolha e a solução de necessidades econômicas e sociais, além de proporcionar garantias aos direitos civis básicos. Essa percepção dominante sobre o regime está presente desde o início do processo de democratização e não foi alterada pelo bem-sucedido processo de construção institucional. A democratização estabeleceu-se em um cenário de crise social e econômica profunda no país e na região, e as referências à solução dos problemas econômicos e sociais tornaram-se centrais no mapa de adesão ao novo regime. Além disso, a retórica de privilegiamento das eleições diretas para a Presidência da República – como mecanismo central do resgate do regime democrático

– empurrou para segundo plano a adesão às estruturas representativas. Nessa direção, o estudo sobre as possibilidades da democracia, suas bases de legitimação e de adesão pelos cidadãos assumem papel central.

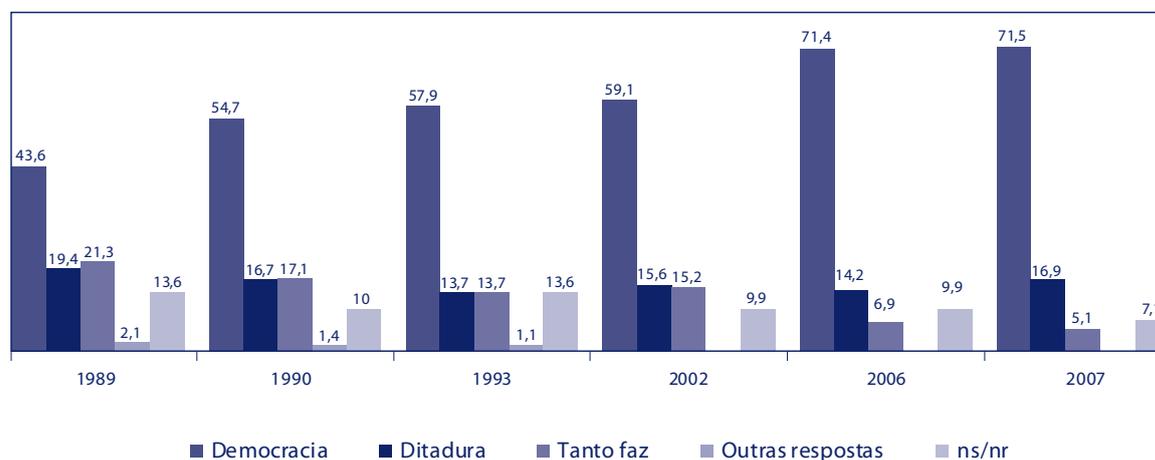


Gráfico 1: Preferência pela democracia ou pela ditadura – Brasil (1989-2007)
Em %

Fonte: Pesquisa Centro de Estudos da Cultura (Cedec), Cultura Política, (1989, 1990 e 1993); Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2002; Eseb, (Cesop/Unicamp), 2006; Latin American Public Opinion Project – Brasil 2007 (Lapop) (UFG/Univ.Vanderbilt).

Neste texto mostramos que, ao fim de 21 anos de democratização, as bases para a legitimidade do regime estão estabelecidas na inter-relação entre a preferência normativa pela democracia e a avaliação crítica de seu desempenho. Mostramos também que as pontes intermediadoras dessa avaliação são dadas pela percepção do papel das instituições e das ações de governo, na qual a intersecção entre a economia e a política exerce papel central.

1

ECONOMIA E POLÍTICA: ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA COMO EVENTO POLITIZADOR

Os estudos sobre processos de mudança nas sociedades contemporâneas apontam a experiência econômica e política específica de gerações como aspecto central para entender o conjunto de valores e atitudes observados. É o que encontra Inglehart (1997) em uma perspectiva internacional, ao observar as mudanças intergeracionais de valores e a produção de valores pós-materialistas como reflexo da experiência de taxas relativamente altas de crescimento econômico.

Na mesma direção, os estudos sobre democratização também apontam a influência que experiências de recuperação econômica em novos cenários políticos têm sobre o processo de formação de preferências, revelando que, ao lado dos processos políticos, os processos socioeconômicos são fundamentais para formar bases de legitimidade política (REMMER, 1993; MENEGUELLO, 1995; ECHEGARAY, 1995, 2005) e por meio de políticas econômicas criam “eventos politizadores” que possibilitam a formação de preferências e níveis de identificação política.

O caso brasileiro parece acompanhar bem esse exemplo. Já no início do regime democrático, estudos realizados identificavam a dimensão econômica (pessoal e geral) – a busca do bem-estar e dos patamares mínimos de sobrevivência – como dimensão básica na concepção constituída e esperada de democracia (MUSZYNSKI; MENDES, 1990; MOISÉS, 1995). Estava claro que a política econômica desenvolvida no período e o Plano Real, a partir de 1994, emergiu como elemento constitutivo de tendências importantes, criando conteúdo de apoio ao governo e definindo preferências para a composição de forças políticas. É o que se observou nas eleições presidenciais de 1994 e 1998, que constituíram embocaduras da avaliação das políticas econômicas e da perspectiva de estabilização monetária, demonstrando que, de fato, mesmo tomando-se em conta a multidimensionalidade das intenções de voto, o impacto das políticas econômicas foi importante fator de influência sobre as decisões do eleitor, sobretudo porque orientam diretamente a dinâmica dos interesses e as expectativas individuais quanto ao bem-estar e ao consumo expressos no chamado “voto econômico” (LEWIS-BECK, 1988).

De fato, os quatro anos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) promoveram experiência de estabilidade monetária desconhecida de várias gerações de brasileiros e, mesmo sem estar atrelado a uma política



de desenvolvimento capaz de produzir e enraizar as bases dessa estabilidade, o governo foi capaz de produzir alto grau de popularidade presidencial baseada na avaliação prospectiva da melhora global do país, do fim da inflação e do aumento relativo do poder de compra.

Nossa experiência recente mostra que o curso das ações econômicas dos governantes tem impacto certo sobre suas possibilidades políticas, mas o que não sabemos a fundo é qual dimensão da economia tem mais relevância sobre a avaliação e a aprovação das gestões, se é o controle da inflação, a perspectiva de emprego, a percepção dos níveis de renda, ou ainda, o acesso a serviços ou ações estatais voltadas para a gestão do cotidiano dos cidadãos. O fato é que, ao longo de nossa jovem democracia, os índices de avaliação dos governos vêm caminhando lado a lado dos índices de percepção econômica, e as expectativas positivas sobre o controle do desemprego e inflação durante o governo Lula parecem preencher um lugar definitivo na avaliação de seu desempenho.

Sabemos que a composição das preferências políticas é múltipla e que os valores da política e da democracia contam para a avaliação do desempenho dos governantes. Mesmo assim, olhando o caso da democratização brasileira, os referenciais econômicos cotidianos e gerais dos cidadãos ressaltam nesse processo.

A tarefa de enfrentar os problemas econômicos transformou-se em uma das maiores demandas da população desde o início do novo regime, constituindo um dos pilares do apoio político ao regime. Na mesma direção, a percepção sobre o desempenho da sucessiva onda de implantação dos planos no governo Sarney – Cruzado (1986), Bresser (1987), Choque Verão (1989) e, em seguida, no governo Collor, Brasil Novo (1990) – condicionaram as oscilações nos níveis de prestígio dos governos. Os índices de confiança no presidente Sarney, no último ano de governo, e de Collor, mesmo no período anterior ao processo de *impeachment* iniciado em meados de 1992, sugerem claro impacto das frustrações da população com os fracassos dos planos implementados e foi com esse clima de recepção desconfiada que a população recebeu as primeiras ações econômicas de Itamar Franco em 1993.

Mas seria em 1994, com a implantação do Plano Real, que se fortaleceria a tendência de associação das preferências públicas pela manutenção do cenário de estabilização e possibilidades de crescimento econômico às avaliações do governo.

Com a implementação do Plano de Estabilização de julho de 1994 ocorreram mudanças favoráveis nos níveis de atividade econômica e de renda, transformando o quadro de pobreza no país. Entre 1993 e 1995, a proporção de pobres passou de 44% (62,6 milhões de pessoas) em 1993 para 33,3% (49 milhões de pessoas) em 1995.

A significativa evolução do produto interno bruto (PIB) entre 1994 e 1995 marcou positivamente o primeiro período do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique e, embora o modelo desenvolvido tenha

produzido crescimento econômico acompanhado de uma das mais desiguais distribuições de renda, esse período apresenta aumento de consumo de produtos básicos pelos estratos mais pobres, ampliando de forma significativa o acesso ao mercado de segmentos antes marginalizados (HOFFMAN, 2001).

Este foi componente central do capital político da Presidência da República no período, estabelecendo patamares de apoio e aprovação governamental e, apesar dos seus limites, os cinco anos de experiência de estabilização proporcionaram uma ruptura com um período sem controle da inflação. Os quatro anos do primeiro governo FHC promoveram uma experiência de estabilidade monetária desconhecida de várias gerações de brasileiros e o governo foi capaz de produzir um alto grau de popularidade presidencial baseada na avaliação prospectiva da melhora global do país, do fim da inflação e do aumento relativo do poder de compra, traduzidos em expectativas de desempenho futuro que garantiram a reeleição do presidente em 1998 (gráfico 2). Essa relação simbiótica entre as tendências de avaliação do desempenho presidencial e do desempenho da economia marcou as percepções da população em geral sobre o governo no período entre 1995 e 2006 (MENEGUELLO, 2006).

Dados de pesquisas de opinião ilustram a sintonia entre o aumento do apoio a Fernando Henrique e a popularidade do Plano, indicando um movimento claramente combinado entre as duas avaliações. As pesquisas mostraram em 1994 que, ao lado do recém-bem-sucedido plano econômico, a vitória de Fernando Henrique foi sustentada em boa medida pela expectativa econômica positiva. Os mesmos parâmetros da escolha de 1994 repetiram-se na evolução das preferências para a campanha de 1998, conferindo à avaliação do Plano Real e à manutenção da política de estabilização monetária os referenciais básicos da reeleição do presidente.

Em artigo sobre dimensões explicativas das motivações do voto em eleições presidenciais, Balbachevsky e Holzacker (2004) apontam que, a partir de 1994, com o impacto que o Plano Real teve sobre as expectativas de *performance* do Presidente da República, delineou-se um padrão de escolha no qual a dimensão do desempenho passado do candidato e as expectativas sobre suas realizações futuras constituíam o conteúdo estratégico do voto. No caso da eleição de 2002, o artigo mostra que a vitória de Lula deveu-se, sobretudo, ao voto motivado pela forte identificação com o candidato e que esse capital político teria peso sobre suas possibilidades iniciais. Assim, o capital político inicial de Lula traduziu-se em altos índices de aprovação de desempenho já nos primeiros meses de governo, mesmo sem que houvesse um agente de estabilidade similar ao Plano Real para compor o binômio popularidade/desempenho econômico.

No âmbito econômico, o primeiro governo Lula apresentou indicadores modestos de crescimento, mas abrigou importante queda na desigualdade da distribuição de renda, resultante de fatores associados ao mercado de trabalho – como as transformações da oferta e das demandas de trabalho e os aumentos reais do

salário-mínimo – e às redes de proteção social, como os programas de transferência de renda, com destaque para o Programa Bolsa Família (SOARES, 2006).

Além do impacto dos programas sociais na redução da miséria, atingindo 19,18% entre 2003 e 2005, e na redução da pobreza, atingindo proporção de 22,7% em 2005 e 21,9% em 2006, houve a partir de 2004 importante crescimento da renda média dos brasileiros, chegando a 6,6% em 2005, sendo os segmentos mais pobres os que mais se beneficiaram (NERI, 2006).

Dados de pesquisas de opinião mostram que esses indicadores econômicos foram percebidos pela população e, tal como no período anterior, acompanharam a avaliação governamental. Tanto para a evolução das expectativas de aumento da inflação quanto para o desemprego, os dois momentos de destaque são o período inicial do governo Lula, quando as proporções de expectativa de aumento têm forte queda, e o período final do primeiro governo – em meados de 2006, já durante a campanha eleitoral para a Presidência – reflete a melhora dos indicadores econômicos e aponta as perspectivas positivas para um quadro de reeleição (gráfico 3).

No âmbito das avaliações propriamente políticas, os dados de pesquisas do período traduzem notável apoio popular ao Presidente da República. Durante quase todo o governo, o grau de confiança no presidente manteve patamares altos de apoio, acima de 50%. As altas proporções de confiança são acompanhadas pelas percepções sobre o aumento da renda geral e pessoal da população (gráfico 4). É um dado impressionante a manutenção de índices significativos de confiança, com proporções entre 43% e 44%, no período da crise política de 2005 que envolveu o Partido dos Trabalhadores (PT), com denúncias de corrupção que atingiram diretamente o governo. Em 2006, a confiança no presidente voltou a recuperar os índices anteriores e já, em dezembro, atingiu 68% da população.

Tais informações indicam que a percepção das políticas econômicas tem papel importante de intermediação para formação do apoio político. Um estudo mais aprofundado das bases da avaliação do sistema político mostra que, de fato, esses indicadores figuram em posição central no mapa de referências dos cidadãos. É o que mostramos nas seções seguintes deste texto.

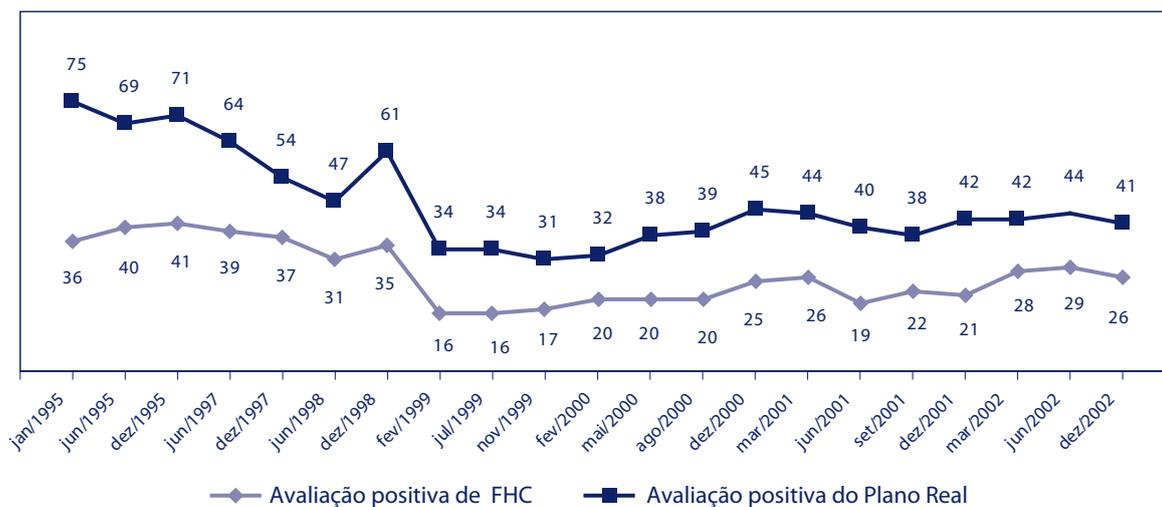


Gráfico 2: Evolução da avaliação positiva do governo FHC e do Plano Real (%)
Brasil (jan/1995 a dez/2002)

Fonte: Pesquisas nacionais Instituto Datafolha – Banco de dados do (Cesop/Unicamp).

Obs.: perguntas: "Como você avalia o desempenho de FHC?"; "Como você avalia o desempenho do Plano Real?" (avaliação positiva é a soma das respostas "ótimo e bom").

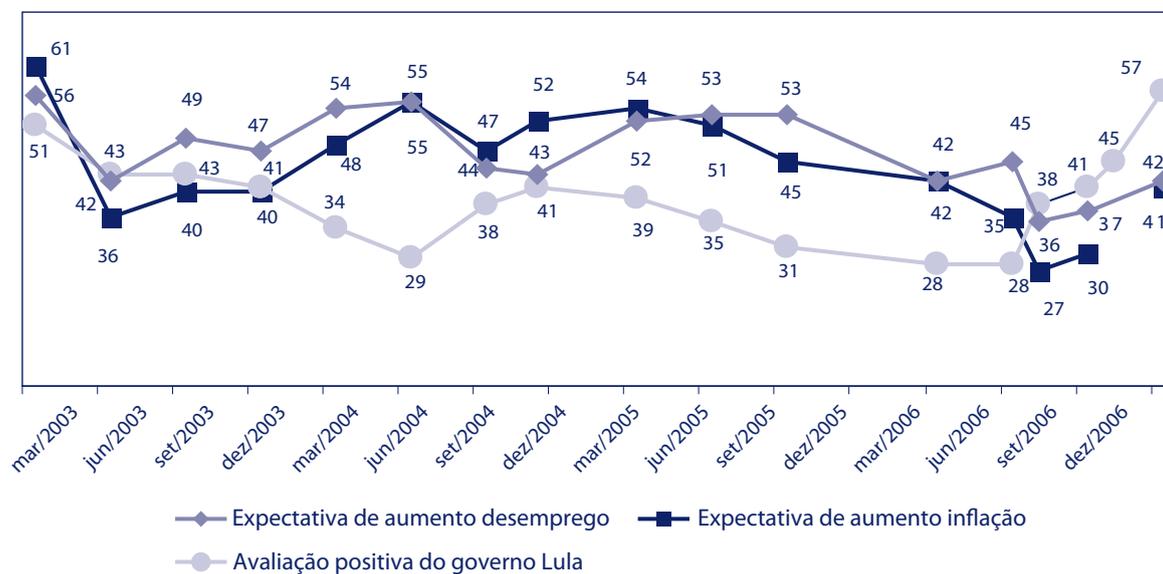


Gráfico 3: Evolução das expectativas de aumento de inflação e desemprego e avaliação do governo Lula (2003-2006)
Brasil (%)

Fonte: Pesquisas nacionais do Ibope/Banco de dados de Pesquisas do Cesop/Unicamp.

Obs.: pergunta: "Levando em conta a situação do país nos últimos seis meses, na sua opinião, a inflação/o desemprego vai aumentar, vai diminuir ou não vai mudar nos próximos seis meses?".

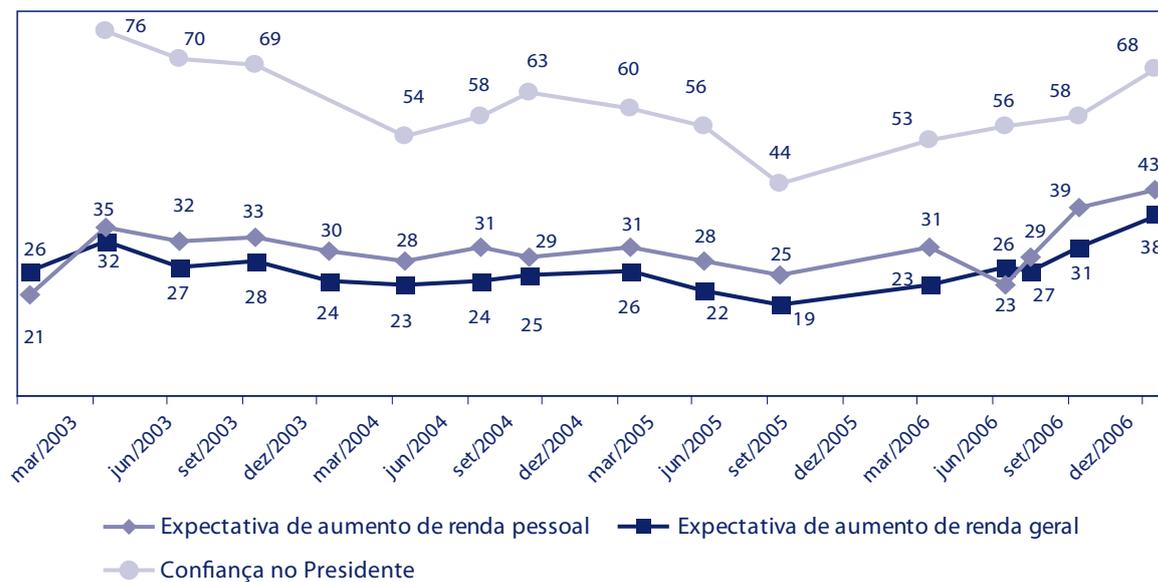


Gráfico 4: Evolução das expectativas de aumento de renda geral e renda pessoal e confiança no presidente Lula (2003-2006) Brasil (%)

Fonte: Pesquisas nacionais do Ibope/Banco de dados de pesquisas do Cesop/Unicamp.

Obs.: pergunta: "o (a) sr. (a) confia ou não no presidente Luiz Inácio Lula da Silva? (respostas 'sim' levando em conta a situação do país nos últimos seis meses, na sua opinião geral, sua renda pessoal vai aumentar, vai diminuir ou não vai mudar nos próximos seis meses?"

2

ADESÃO E DESEMPENHO DEMOCRÁTICO

Os estudos sobre a cultura política estabelecida nas mais recentes ondas de democratização mostram que o descompasso entre as tendências de apoio ao novo regime e a persistente percepção negativa de seu desempenho pode condicionar as bases da legitimidade e afetar sua consolidação. No caso das democracias constituídas no leste europeu, o alto grau de apoio à democracia comparada ao regime autoritário anterior combina-se à permanente percepção negativa de seu desempenho e mantém presente a alternativa do retrocesso político, ainda que de forma pouco robusta (ROSE; MISHLER, 1999; 2001a; 2001b). No caso da América Latina, as reflexões apontam que a descontínua tradição democrática no continente limita a adesão ao sistema e reflete-se, sobretudo, na significativa desconfiança dos cidadãos nas instituições públicas e privadas (MOISÉS, 1995; 2005a e 2005b; DURAND PONTE, 2004; LAGOS, 2000). Para outros autores, as diferenças contidas nas dimensões atitudinais da legitimidade e da satisfação com a democracia associadas à falta de apoio difuso ao sistema podem ter implicações negativas para o futuro da democracia (GUNTHER; MONTERO, 2003).

Para o caso brasileiro, em estudo anterior sobre as bases da preferência pela democracia, baseado em dados de pesquisa de 2002 (MENEGUELLO, 2006), a adesão e a legitimidade do regime democrático mostram-se significativamente associadas à valorização das eleições e à ideia do voto como forma de intervenção na política. À luz da teoria democrática representativa, a associação das eleições ao funcionamento democrático é esperada, mas, no caso brasileiro, essa relação estabelece na participação eleitoral o principal vetor do engajamento cívico dos cidadãos na democratização, em uma relação não acompanhada pela valorização das instituições representativas.

O estudo também mostra que as bases da satisfação com o regime democrático fundam-se em intrigante distância entre a dimensão da satisfação com a democracia e a avaliação das instituições, sugerindo que no mapa de valores dos cidadãos o entendimento do bom funcionamento democrático não está imediatamente associado à percepção do desempenho das instituições públicas, inclusive representativas, e instituições privadas.

Os pontos gerais surgidos daquele estudo estão analisados em duas pesquisas realizadas em 2006 e 2007, utilizadas neste trabalho para aprofundar o diagnóstico das bases da adesão à democracia e identificar as perspectivas

da legitimidade do regime. Buscamos identificar os aspectos associados à adesão ao regime democrático e aqueles associados à avaliação de seu desempenho. Os dados mostram um cenário muito semelhante ao estudo anterior, em que essas são dimensões relativamente independentes para os cidadãos analisados. No âmbito da adesão, há reiterada preferência pela democracia associada ao voto; no âmbito da satisfação com o regime, o “peso” dos dados revela-se nos aspectos associados ao governo do momento, à avaliação da economia e a aspectos associados à gestão pública, limitada aqui aos serviços públicos e aos programas sociais específicos.

As pesquisas analisadas têm algumas diferenças no conjunto de questões – a pesquisa “Desconfiança nas Instituições”, realizada em junho de 2006, foi elaborada para o estudo da confiança institucional e das suas dimensões associadas; a pesquisa “Lapop/Brasil” faz parte da coleção comparada do Americas Barometer sobre o funcionamento da democracia na América Latina, realizada em agosto de 2007 (ver anexo). No que concerne às questões sobre adesão democrática e às variáveis associadas à dimensão do desempenho do regime, referenciadas no desempenho da economia e da atuação governamental, os questionários são muito semelhantes. A principal diferença – fundamental para este artigo – é a presença na pesquisa Lapop da caracterização dos entrevistados como beneficiários ou não de programas sociais do governo federal (bolsa família, bolsa escola, bolsa alimentação e vale gás) ou conhecedores desses beneficiários.

Para uma caracterização geral dos dois públicos entrevistados, a tabela 1 apresenta opiniões sobre democracia, instituições representativas e avaliação de governo. As duas pesquisas apresentam cidadãos significativamente democráticos que apoiam a democracia como forma de ação política com proporções muito significativas. Ao mesmo tempo, criticam o funcionamento democrático do país, bem como a atuação dos partidos e do Congresso. Com algumas variações, os dados das duas pesquisas traduzem o cenário observado em algumas democracias estáveis, em que baixos níveis de satisfação com o desempenho democrático convivem com os altos níveis de apoio e preferência pela democracia (DOGAN, 1997; NORRIS, 1999). Nos países em democratização, esse cenário é observado, mas, nesses casos, as bases do apoio político e da legitimidade são cruciais para a construção da estabilidade (KLINGEMANN, 1999; MISHLER; ROSE, 2001).

Assim, para as duas pesquisas a preferência normativa pelo regime democrático abrange $\frac{2}{3}$ ou mais dos entrevistados; da mesma forma, a presença dos partidos na democracia é apoiada em média pela metade das duas amostras. Entretanto, a avaliação positiva de funcionamento do regime no país chega a apenas 20% na pesquisa de 2006 e a 41% na pesquisa de 2007. Em ambas as pesquisas, a percepção crítica sobre a atuação dos partidos e do Congresso limita a avaliação positiva por volta de 20% para os partidos e 30% para o Congresso.

Esses dados introduzem as duas hipóteses desenvolvidas neste estudo. A primeira tem caráter confirmatório para mostrar que há efetivamente uma tendência que localiza as bases de formação da adesão à democracia e as bases de avaliação do desempenho do regime democrático em dimensões distintas e separadas, pois

resultam de percepções sobre dinâmicas políticas específicas. Para a adesão democrática, o que a sustenta é um construto normativo, com valores que definem a preferência pelo regime e as suas bases institucionais; para a dimensão do desempenho, o que a compõe é a percepção de eixos que sustentam o funcionamento do sistema, notadamente, as instituições, o governo e os serviços públicos, além da própria satisfação com a forma em que a democracia funciona no país.

A segunda hipótese procura mostrar que no conjunto de intermediações que atuam para conformar a percepção do desempenho da democracia, os programas sociais para populações de baixa renda têm papel importante e criam condições para reforçar os referenciais de avaliação do sistema.

Tabela 1

	Pesquisa Desconfiança nas Instituições (jun./2006)	Lapop/Brasil (ago./2007)
Avaliação positiva governo Lula	49,5%	39,1%
O voto influencia muito o que acontece	75	–
Satisfeito/muito satisfeito com a democracia no Brasil	21,2	41,5
A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo	89,4	72,7
A democracia é sempre a melhor forma de governo	68,1	76,5
Avaliação positiva dos partidos	19,3	21,1*
Avaliação positiva do Congresso	28,9	29,5*
Democracia não pode funcionar sem partidos	63	48,3

Nota: * medida de confiança (muita).

2.1

ADESÃO DEMOCRÁTICA COMO DIMENSÃO NORMATIVA

Os estudos sobre a adesão à democracia definem a legitimidade democrática como um tipo ideal associado à noção de que a política democrática e as instituições sobre as quais se estabelece são a forma apropriada para o sistema político se constituir. As referências da adesão constituem construto normativo próprio, em que a preferência e a escolha pela democracia não são contingentes ao seu desempenho (GUNTHER; MONTERO, 2003; GUNTHER; MONTERO; TORCAL, 2007).

Ao tratar de transições para a democracia, essa noção está também estruturada na concorrência entre regimes de tipos distintos – autoritário e democrático – expressa na formulação da “hipótese de Churchill”

(a democracia como mal menor comparado aos regimes não democráticos) e que possibilita a comparação entre duas situações políticas experimentadas no tempo (ROSE, 2002).

Além das questões que traduzem a preferência por regimes, o construto da adesão está composto também pelas âncoras institucionais que sustentam a ideia de democracia no mapa de valores do público pesquisado. Neste trabalho, tais âncoras estão delimitadas pela política representativa por meio de partidos, Congresso e eleições, o que se justifica pela via eleitoral que canalizou boa parte dos processos de formação do novo regime (LAMOUNIER, 1986; MUSCINSKY; MENDES, 1990; MOISÉS, 1995). A democratização brasileira está fortemente associada ao papel das eleições e ao processo de escolha e apesar da singular permanência do Congresso e dos partidos no funcionamento do sistema, inclusive durante o regime autoritário, a vinculação dos cidadãos às instituições representativas sempre se mostrou fraca. Procuramos então testar essa associação após 21 anos de funcionamento democrático.

A tabela 2 apresenta as soluções das análises fatoriais realizadas para as duas pesquisas separadamente.² A adesão dos brasileiros à democracia está compreendida como forma de governo e alguns dos valores a ela relacionados por meio de questões constantes dos dois questionários: para a pesquisa Desconfiança nas Instituições, duas questões associadas à preferência pelo regime democrático, duas associadas ao valor do voto, duas associadas ao papel do Congresso e três ao papel dos partidos. Para a pesquisa Lapop, incluímos no modelo três questões associadas à preferência pela democracia, uma sobre a preferência específica pela democracia eleitoral, duas questões sobre o papel das instituições representativas – a saber os partidos e o Congresso – e uma questão a respeito dos limites às ações presidenciais (ver anexo).

Para a pesquisa Desconfiança das Instituições, os dados mostram uma solução de dois fatores, com capacidade de explicação de $\alpha=45,3\%$, no qual no primeiro fator figuram as cinco variáveis associadas ao papel dos partidos políticos e do Congresso Nacional, tanto para o país, quanto para a democracia em geral, algumas delas com coeficientes altos, maiores que 0.7. Embora com coeficientes menores, no fator 1 aparecem ainda as questões também associadas aos partidos políticos, ainda que especificamente mencionando a necessidade de o Presidente da República ter uma identificação partidária, e sobre o papel dos partidos para o funcionamento da política. É o segundo fator, por sua vez, que compõe interessante dimensão em que a preferência pela democracia vem associada ao voto, seja quanto ao seu papel de intervenção no sistema, seja pela adesão ao ato de escolha, traduzido na intenção do voto voluntário.

2 Nota metodológica: as pesquisas estão analisadas com base em dois procedimentos de análise de componentes principais, que é uma metodologia de análise multidimensional que busca identificar fatores associados aos fenômenos em questão. O primeiro envolve a análise de componentes principais para variáveis categóricas e respeita o nível de medida das variáveis selecionadas. Essa análise *quantifica* as variáveis categóricas e resulta em dimensões semelhantes aos fatores na análise fatorial. As novas variáveis obtidas, então transformadas em contínuas, são submetidas à *análise fatorial*, situação em que podem ser *rotacionadas*, para torná-las independentes, maximizando os coeficientes nos fatores próprios e minimizando-os em todos os demais.

Esta separação de variáveis em dois fatores supostamente associados é o ponto que nos intriga, pois as instituições representativas emergem dissociadas da ideia de votar e apoiar a democracia.

No caso da pesquisa Lapop, o modelo encontrado tem capacidade explicativa maior, de $\alpha=54,13\%$, e constitui no primeiro fator a dimensão de preferência pela democracia (nas três formas distintas em que foi perguntada na pesquisa), igualmente associada à ideia de eleição, traduzida pela preferência pela democracia eleitoral. Da mesma forma que na pesquisa Desconfiança, as âncoras institucionais representativas do sistema encontram-se em fatores separados, sendo no fator 2 as variáveis relacionadas à importância do Congresso e às limitações legais às ações do presidente – uma forma alternativa de indagar sobre a necessidade de a democracia conviver com o primado da lei –, e no fator 3, de forma isolada, mas com um coeficiente bastante alto de .895, encontra-se a necessidade dos partidos para a democracia. O modelo desta pesquisa retoma a disposição em dimensões distintas das variáveis associadas às instituições representativas e aquelas sobre a preferência democrática. Nas duas pesquisas, a adesão à democracia define-se sob força normativa. Precisamos então identificar as referências da avaliação crítica do regime que afeta a satisfação sobre como a democracia funciona no país.

Tabela 2: Fatores associados à adesão democrática

Pesquisa Nupps/Cesop (2006)	1	2	Pesquisa Lapop (2007)	1	2	3
Necessidade do Congresso Nacional para o Brasil.	.701		Importância do Congresso.		.757	
Necessidade dos partidos para a democracia.	.789		Limitação das ações do presidente pelas leis.		.684	
Necessidade do Congresso Nacional para a democracia.	.786		Democracia tem problemas, mas é a melhor forma de governo.	.666		
Partidos são indispensáveis ou dividem pessoas.	.479		Preferência pela democracia eleitoral.	.583		
Presidente deve ser identificado com partidos ou não.	.517		Escolha entre democracia e ditadura.	.710		
Democracia como melhor forma de governo.		.666	Preferência pela democracia ou, em alguns casos, ditadura.	.431		
Democracia ou ditadura como melhor forma de governo.		.616	Importância dos partidos para haver democracia.			.895
Importância do voto para mudar as coisas.		.638				
Votaria no presidente mesmo se voto não fosse obrigatório.		.616				
Variância explicada.	25,33%	20,05	Variância explicada.	22,37	17,32	15,44
Variância total: 45,38%.			Variância total: 54,13%.			

Obs.: método de extração – análise de componentes principais. Rotação Varimax/Kaiser normalization.

2.2

DIMENSÃO DO DESEMPENHO DEMOCRÁTICO

A distinção conceitual afirmada por Gunther e Montero (2003) entre o apoio à democracia e a satisfação com o regime foi operacionalizada pela constituição de uma dimensão que trata o *desempenho do regime*, observado por meio da satisfação com democracia existente no país e algumas questões correlatas, como a avaliação governamental difusa, a confiança em instituições, a avaliação da economia e dos serviços públicos, procurando dar conta dos resultados do sistema (EASTON, 1975).

Dois conjuntos de questões foram definidos para permitir a mensuração da crítica do cidadão ao estado de coisas em que vive o país. O primeiro remete-se à avaliação institucional – presente na pesquisa Desconfiança – ou à confiança institucional – presente na pesquisa Lapop. Apesar das medidas distintas que cada uma traz ao papel das instituições nos modelos elaborados, ambas permitem dimensionar seu papel como intermediários da compreensão do funcionamento do sistema. O segundo deu-se com base na ideia de que uma avaliação da relação cotidiana direta dos cidadãos com o Estado permite uma percepção prática de como as coisas funcionam e pode ter impacto sobre os níveis de confiança nos políticos e no governo, embora de forma indireta (LISTHAUG, 1998). Nesse conjunto, figuram questões de avaliação dos serviços públicos – apenas para a pesquisa Desconfiança –, avaliação da situação da economia atual e futura e avaliação do governo. Finalmente, figuram no modelo as questões de satisfação e avaliação da democracia no país.

A tabela 3 apresenta as soluções das análises fatoriais realizadas para as duas pesquisas separadamente. Para a pesquisa Desconfiança, encontramos uma solução com seis fatores que mostram que a avaliação do desempenho do sistema democrático depende, primeiramente, da avaliação das instituições que embasam o regime que compõem exclusivamente o *fator 1* e da avaliação dos serviços públicos no *fator 2*, sugerindo que a gestão do sistema é avaliada segundo as referências institucionais que conduzem o governo e a representação de interesses e a gestão pública do cotidiano.

No conjunto de instituições do fator 1 não figuram as “Forças Armadas”, que apenas aparecerá no *fator 4*, indicando que há importante independência dessa referência com o funcionamento do sistema, e aponta um efeito significativo dos 21 anos de regime democrático. Figura juntamente nesse fator a avaliação dos “bombeiros”. Do total de instituições avaliadas, não figuram em toda a matriz a “igreja”, a “televisão” e as “leis do país”.

No *fator 3*, estão as variáveis com maior coeficiente de toda a matriz (maiores que 0.8) que tratam da avaliação do presidente e da economia do país, tanto retrospectiva quanto prospectiva, reafirmando o papel da economia na percepção do desempenho político. A dimensão econômica pessoal emerge em duas questões

apenas no fator 5 e apenas no fator 6 emergem as questões que medem a satisfação com a democracia e avaliam seu desempenho no país, ao lado ainda da percepção sobre a qualidade das eleições. Esse é um dado importante, pois ao concentrar sua capacidade explicativa total de $\alpha = 53,5\%$ nos três primeiros fatores ($\alpha = 36,9\%$), o modelo do desempenho democrático define nessa pesquisa *avaliação do desempenho institucional, dos serviços públicos e da estreita associação entre a avaliação da economia e do Presidente da República e os principais vetores que compõem a legitimidade*.

Para a pesquisa Lapop, a solução produzida também apresenta seis fatores, mas a distribuição de variáveis traz diferenças importantes: uma mesma bateria de itens sobre confiança institucional distribuiu-se em quatro fatores. Os fatores 1, 2 e 3 concentram variáveis de confiança em instituições públicas – embora não a totalidade –, sendo que no fator 2, além das três variáveis associadas à Justiça, encontra-se a variável de respeito às instituições políticas e que o fator 3 traz de forma isolada e com coeficiente mais baixo (.594), a confiança no Presidente da República. O fator 4 traz apenas variáveis de confiança em instituições privadas – empresários, sindicatos, igreja, meios de comunicação. A disposição e a força das variáveis até esse ponto do modelo, em que os quatro fatores somam 44% do total de 59,2% da variância explicada, sugerem que, para os cidadãos, o desempenho da democracia se estabelece sobre as bases da confiabilidade no sistema. O fator 5 traz as quatro variáveis de avaliação da economia e o fator 6 agrega os últimos itens de confiança institucional, bombeiros e correios.

Mas o destaque neste modelo está na ausência de três variáveis centrais para compreender o desempenho democrático, sombreadas na matriz por causa dos baixos coeficientes: as duas questões que perguntam de forma direta sobre: satisfação e avaliação da democracia; e a avaliação do governo Lula. É intrigante que as referências diretas de avaliação do funcionamento democrático não figurem a partir da inter-relação com as variáveis selecionadas da pesquisa, sobretudo os itens associados à confiança institucional. Esse resultado nos leva a investigar sobre qual seria o intermediário capaz de “trazer” para o modelo de desempenho e confiabilidade democrática as referências de satisfação com a democracia no país. A segunda hipótese deste trabalho mencionada no seu início se estabelece aqui, qual seja, a de que os programas sociais do governo federal teriam o papel de intermediar a avaliação do sistema político. Vejamos na próxima seção.

Tabela 3: Fatores associados ao desempenho do regime

	Pesquisa Nutppes/Cesop (2006)						Pesquisa Lapop (2007)					
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6
Aval. Justiça	,579						Aval. situação econômica atual					,605
Aval. polícia	,593						Comparação sit. econ. atual e há um ano					,650
Aval. Congresso Nacional	,749						Aval. situação econômica pessoal					,717
Aval. partidos	,708						Comp. sit. econ. pessoal e há um ano					,772
Aval. sindicatos	,601						Crença no desempenho dos Trib. de Just.		,749			
Aval. empresas	,687						Respeito pelas instituições políticas		,671			
Aval. governo	,667						Confiança na Justiça		,677			
Aval. serviços públicos – habitação		,634					Confiança na Justiça eleitoral		,586			
Aval. serviços públicos – polícia		,570					Confiança nas Forças Armadas	,665				
Aval. serviços públicos – saúde		,753					Confiança no Congresso	,582				
Aval. serviços públicos – educação		,724					Confiança no governo federal	,618				
Aval. serviços públicos – transporte		,719					Confiança no Min. Público	,578				
Aval. serviços públicos – seguro-desemprego		,598					Confiança na Polícia Federal	,714				
Aval. serviços públicos – água e esgoto		,653					Confiança Sup.Trib. Federal	,654				
Aval. governo Lula			,813				Confiança na Igreja Católica				,423	
Aval. da economia no governo Lula			,811				Confiança nos meios de comunicação				,708	
Aval. situação econômica atual			,660				Confiança nos sindicatos				,716	
Expectativa sobre situação econômica, próximo ano			,601				Confiança nos empresários				,624	
Aval. desempenho do presidente			,640				Confiança no Presidente da República			,594		

Continua...

Continuação

	Pesquisa Nutppes/Cesop (2006)						Pesquisa Lapop (2007)						
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	
Aval. desempenho – Exército				,626			Confiança nos bombeiros					,830	
Aval. desempenho – bombeiros				,608			Confiança nos correios					,790	
Aval. situação econômica familiar					,792		Aval. governo Lula					,218	
Aval. da renda familiar					,761		Satisfação com democracia no país					,240	
Satisfação com democracia no país						,629	Grau em que Brasil é democrático	,044					
Brasil é plena democracia ou dem. com problemas						,660							
Eleições brasileiras são limpas ou fraudulentas						,596							
Variância total: 53,6%	13,4	12,8	10,7	6,2	5,7	4,8	Variância total: 59,2%	14,4	12,3	8,8	8,6	8,3	6,7

Obs.: método de extração – análise de componentes principais. Rotação Varimax /Kaiser normalization.

2.3

PROGRAMAS SOCIAIS COMO INTERMEDIÁRIOS DA PERCEPÇÃO E DA AVALIAÇÃO DO SISTEMA

Se for verdade que a legitimidade democrática define-se segundo a avaliação do funcionamento do sistema, trazer para o mapa de referências a condição dos indivíduos em relação a programas sociais governamentais poderia influenciar esta relação, pois dá uma dimensão do papel do Estado na gestão da própria democracia.

A pesquisa Lapop permite dimensionar aspectos associados ao construto do desempenho democrático associados a características de acesso ou conhecimento do acesso a alguns dos principais programas de transferência de renda e possibilita reflexão sobre o papel desses programas na organização dos referenciais do sistema para os indivíduos. Os programas identificados são Bolsa Família, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás.³

Para o teste de nossa hipótese, adicionamos ao modelo de desempenho exposto na tabela 4 as variáveis de acesso e de conhecimento de acesso aos programas mencionados. A matriz fatorial apresentada na tabela 5 aponta que, embora a adição na variância explicada seja muito pequena – de 59,2% para 60,8% –,

3 Dentre esses programas de transferência de renda, apenas o Bolsa Família (2004) foi criado pelo governo Lula; Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, em 2001; programa Vale Gás, em 2002. Na análise fatorial trabalhamos com as variáveis completas de acesso aos benefícios e de conhecimento de beneficiários, sem criar subgrupos, pois o interesse foi o de identificar no posicionamento geral frente aos programas uma intermediação para percepção do funcionamento do sistema.

a disposição das referências sofre impacto importante e os programas sociais emergem como referências inequívocas da gestão do sistema.

O primeiro ponto é a posição das variáveis no modelo, ocupando a 2ª e 3ª dimensões, respectivamente o conhecimento do acesso a benefícios e o acesso aos benefícios, cada uma de forma isolada e com coeficientes bastante significativos – acima de .6. Sua presença nos fatores 2 e 3 tem impacto importante sobre as demais variáveis. Uma das consequências é a movimentação de variáveis de confiança institucional na direção de agregar as variáveis de confiança na Justiça, nos partidos e no Presidente da República no *fator 1*, o de maior peso explicativo do modelo (15,3%) – e de manter na dimensão todas aquelas associadas a instituições públicas – agora com coeficientes mais altos. Esse é um aspecto importante, pois sugere para as variáveis associadas aos programas sociais o papel de intermediadores da avaliação de como o sistema funciona, tanto caracterizando as condições de acesso, quanto o conhecimento do acesso aos benefícios sociais específicos. Por sua vez, comparando com o modelo fatorial simples desta pesquisa (ver tabela 3), as variáveis sobre a crença no desempenho justo dos Tribunais de Justiça e o respeito às instituições políticas se afastam da 2ª para a 6ª dimensão. Esse afastamento também ocorre para as variáveis de confiança em instituições privadas – igreja, sindicatos, empresários, meios de comunicação – que saem da 4ª para a 7ª dimensão.

De fato, apenas não ocorre movimentação alguma para as variáveis de avaliação econômica (mantidas na 5ª dimensão) e de confiança em bombeiros e correios (mantidos na última dimensão do modelo). A manutenção das variáveis de avaliação da economia interessa destacar, pois reforça nosso argumento de que o acesso e o conhecimento de acesso a benefícios sociais são características que afetam a *percepção política* do sistema.

Essa conclusão é reforçada pelo segundo ponto de destaque deste modelo, qual seja, o significativo fortalecimento das variáveis de avaliação do governo Lula, satisfação com o funcionamento da democracia e avaliação do grau de democracia do país, todas dispostas na mesma dimensão. Essas variáveis emergiram no modelo fatorial simples de desempenho do regime (tabela 3) com coeficientes muito baixos, no caso da avaliação do grau de democracia, seu valor naquele modelo é menor que ,05 (,044). Agora, sob o impacto da presença das variáveis associadas aos programas sociais, as três variáveis assumem coeficientes com valores acima de 0.6, em uma dimensão disposta imediatamente ao lado daquelas variáveis e apontam que a percepção sobre democracia no país está associada ao desempenho do governo e das suas ações de gestão.

Esse estudo nos permite iniciar uma reflexão distinta àquela desenvolvida pela bibliografia a respeito das percepções de massa sobre políticas sociais. Em linhas gerais, os focos de análise residem na identificação

dos níveis de aceitação dos direitos sociais e da equidade, no consenso sobre as bases do “merecimento” da assistência governamental e no impacto das noções de generosidade e de apoio ao combate à pobreza sobre a aceitação das políticas governamentais (HASENFELD; RAFFERTY, 1989; WILL, 1993). No caso de nosso estudo, buscamos identificar em que medida o acesso ou o conhecimento do acesso a programas de redistribuição contribuiria para mediar a percepção sobre o funcionamento da democracia no país. De fato, os dados apontam que a presença do referencial dos programas sociais tem impacto sobre as orientações dos cidadãos na definição das bases da legitimidade democrática, pois associa as referências de confiança institucional, da satisfação com o regime no país, da avaliação da economia e da avaliação do presidente, formando um construto complexo sobre o desempenho do sistema no qual, possivelmente, o fator de agregação reside na gestão pública de programas específicos. Essa afirmação, no entanto, certamente precisa ser aprofundada, sobretudo no que concerne à definição dos programas sociais como “intermediários” da percepção sobre o sistema político.

Tabela 4: Associação entre desempenho do regime e acesso a programas sociais – pesquisa Lapop (2007)

	1	2	3	4	5	6	7	8
Aval. situação econômica atual					,593			
Comparação sit. econ. atual e há um ano					,669			
Aval. situação econômica pessoal					,685			
Comparação sit. econ. pessoal e há um ano					,760			
Crença no desempenho dos Trib. de Just.						,712		
Respeito pelas instituições políticas						,639		
Confiança na Justiça	,603					,528		
Confiança na Justiça eleitoral	,575							
Confiança nas Forças Armadas	,667							
Confiança no Congresso	,713							
Confiança no governo federal	,692							
Confiança no Min. Público	,700							
Confiança na Polícia Federal	,723							
Confiança na Igreja Católica							,411	
Confiança nos partidos	,578							
Confiança Sup.Trib. Federal	,761							
Confiança nos meios de comunicação							,698	

Continua...

Continuação

	1	2	3	4	5	6	7	8
Confiança nos sindicatos							,686	
Confiança nos empresários							,583	
Confiança no Presidente da República	,433							
Confiança nos bombeiros								,834
Confiança nos correios								,778
Aval. governo Lula				,681				
Satisfação com democracia no país				,652				
Grau em que Brasil é democrático				,685				
Beneficiário ou não do Bolsa Família			,698					
Beneficiário ou não do Bolsa Escola			,759					
Beneficiário ou não do Bolsa Alimentação			,829					
Beneficiário ou não do Vale Gás			,767					
Conhece beneficiário ou não do Bolsa Família		,794						
Conhece beneficiário ou não do Bolsa Escola		,831						
Conhece beneficiário ou não do Bolsa Alimentação		,846						
Conhece beneficiário ou não do Vale Gás		,851						
Variância total: 60,81%	15,3	8,7	7,3	6,4	6,2	5,9	5,9	5,1

Obs.: método de extração – análise de componentes principais. Rotação Varimax /Kaiser normalization.

CONCLUSÃO

Nossos dados reafirmam estudos anteriores que pontuam a presença de forte preferência normativa pelo regime democrático que emerge relacionada ao valor universal da escolha, consequência, em boa medida, da intensa dinâmica eleitoral que marca nossa democratização. Por sua vez, as referências institucionais relativas ao sistema representativo não emergem diretamente associadas à preferência pelo regime, nem à avaliação sobre seu funcionamento. Contudo, com relação às instituições em geral, os dados sugerem que, tanto por meio da avaliação de sua atuação, quanto dos níveis de confiança que acolhem, elas constituem intermediários importantes da percepção sobre o desempenho do sistema.

A satisfação com a democracia emerge associada à condição de eficiência do governo do momento e sofre as mediações realizadas pela gestão do cotidiano, operacionalizada aqui por meio da percepção sobre a economia e os serviços públicos.

Nessa direção, os achados com relação à dimensão da economia na avaliação de desempenho do regime e seu impacto sobre a legitimidade devem ser ressaltados. Acompanhamos a ideia de que o fenômeno que relaciona o apoio à democracia e a satisfação com o sistema é complexo e não resulta do simples impacto de indicadores econômicos positivos (MONTERO; GUNTHER; TORCAL, 2007). No entanto, os dados mostram que a dimensão da economia é central para a criação de posicionamentos com relação à política e à gestão do sistema. As variáveis de avaliação da economia têm presença permanente no mapa de referências e associam-se claramente à avaliação de governo. Parece possível sugerir que, de fato, as políticas econômicas do período democrático exerceram efeito politizador sobre os cidadãos, criando na percepção e nas expectativas sobre a economia um mediador de avaliação de desempenho.

Da mesma forma, o significativo efeito observado da informação sobre a condição dos indivíduos em relação a programas sociais sobre as variáveis de avaliação da democracia no país sugerem que as ações governamentais influem diretamente na percepção sobre o regime democrático e na legitimidade do sistema.

REFERÊNCIA

BALBACHEVSKY, E.; HOLZHACKER, D. Identidade, oposição e pragmatismo: o conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições. **Opinião Pública**, v. 10, n. 2, 2004.

CANACHE, D.; MONDAK, J.; SSLIGSON, M. Meaning and Measurement in Cross-National Research on Satisfaction with Democracy. **Public Opinion Quarterly Review**, v. 65, p. 506-528, 2001.

CESOP/Unicamp (a). **Estudo Eleitoral Brasileiro, 2002**.

CESOP/Unicamp (b). **Estudo Eleitoral Brasileiro, 2006**.

DAHL, R. A. A democratic paradox? **Political Science Quarterly**, v. 115, n. 1, 2000.

DOGAN, M. Erosion of confidence in advanced democracies. **Studies in Comparative International Development**, v. 32, Iss. 3, 1997.

DURAND PONTE, V. M. **Ciudadanía y cultura política: México 1993-2001**. México D. F.: Siglo Veintiuno Ed., 2004.

EASTON, D. A Re-assessment of the Concept of Political Support. **British Journal for Political Science**, v. 5, n. 4, 1975.

ECHEGARAY, F. Voto Econômico ou Referendum político? Os determinantes das eleições presidenciais na América Latina – 1982-1994. **Opinião Pública**, v. 3, n. 2, 1995.

_____. **Economic Crises and Electoral Responses in Latin America**. Maryland: Univ. Press of America, 2005.

FUCHS, D.; GUIDAROSSO, G.; SVENSSON, P. Support for the Democratic System. In: KLINGEMANN, H.-D.; FUCHS, D. (Ed.). **Citizens and the State**. Oxford: Oxford University Press, 1998

GUNTHER, R.; MONTERO, J. R. Legitimidade política em novas democracias. **Revista Opin. Pública**, v. 9, n. 1, 2003.

GUNTHER, R.; MONTERO, J. R.; TORCAL, M. Democracy and intermediation: some attitudinal and behavioral dimensions. In: GUNTHER, M.; PUHLE, H.-J. (Ed.). **Democracy, Intermediation, and Voting on Four Continents**. Oxford: UP, 2007.

HAGGARD, S.; WEBB, S. Introduction. In: HAGGARD, S.; WEBB, S. (Ed.). **Voting for Reform. Democracy, Political Liberalization and economic Adjustment**. Oxford: World Bank/UP, 1994.

HASENFELD, Y.; RAFFERTY, J. A. The determinants of public attitudes toward the welfare state. **Social Forces**, n. 67, 1989.

HOFFMANN, R. **A distribuição da renda no Brasil no período 1993-1999**. São Paulo: Unicamp, 2001. Mimeografado.

HOWLETT, M. A Dialética da Opinião Pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. VII, n. 1, Cesop/Unicamp, 2000.

INGLEHART, R. **Modernization and Postmodernization. Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies**. Princeton: Princeton Univ. Press, 1997.

KLINGEMANN, H.-D.; FUCHS, D. (Ed.). **Citizens and the State**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

KLINGEMANN, H. D. Mapping Political Support in the 1990s: A global Analysis. In: NORRIS, P. **Critical Citizens**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1999.

LAGOS, M. A máscara sorridente da América Latina. **Opinião Publica**, v. 6, n. 1, p. 1-16, abr. 2000.

LAMOUNIER, B. Apontamentos sobre a questão democrática brasileira. In: ROUQUIÉ, A.; LAMOUNIER, B.; SCHVARZER, J. (Org.). **Como renascem as Democracias**. Ed. Brasiliense, 1985.

LEWIS-BECK, M. **Economics and Elections**. Ann Arbor: Univ. of Michigan Press, 1988.

LISTHAUG, O. The Dynamics of Trust in Politicians. In: KLINGEMANN, H.-D.; FUCHS, D. (Ed.). **Citizens and the State**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MENEGUELLO, R. Electoral Behavior in Brazil: the 1994 presidential elections. **International Social Science Journal**, n. 146, 1995.

_____. Aspects of democratic performance: democratic adherence and regime evaluation in Brazil, 2002. **International Review of Sociology**, v. 16, n. 3, nov. 2006.

_____. Grounds for Democratic Adherence: Brazil, 2002-2006. **Lanic Etext Collection**, v. 1, p. 1-38, 2007.

MISHLER, W.; ROSE, R. Political Support for Incomplete Democracies: Realist vs. Idealist Theories and Measures. **International Political Science Review**, v. 22, n. 4, 2001a.

_____. What are the origins of political trust? Testing Institutional and Cultural Theories in Post- Communist Societies. **Comparative Political Studies**, v. 34, n. 1, p. 30-62, 2001b.

MOISÉS, J. Á. **Os brasileiros e a democracia**. Bases sociopolíticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

_____. A desconfiança nas instituições democráticas. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, mar. 2005a.

_____. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 65, São Paulo, maio/ago. 2005b .

MONROE, A. D. Public Opinion and Public Policy, 1980-1993. **Public Opinion Quarterly**, v. 62, n. 1, AAPOR, 1998.

MONTERO, J. R.; GUNTHER, R.; TORCAL, M. Democracy in Spain: Legitimacy, discontent, and disaffection. **Studies in Comparative International Development**, v. 32, Iss. 3, 1997.

NERI, M. (Coord.). **Miséria, desigualdade e estabilidade**. O segundo Real. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2006.

NORRIS, P. Introduction: the growth of Critical citizens? In: _____. (Ed.). **Critical Citizens**. Oxford: UK, 1999.

REMMER, K. The Political Economy of Elections in Latin America, 1980-1991. **American Political Science Review**, v. 87, n. 2, jun. 1993.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: fatos básicos e implicações para a política nacional. **Economia e Sociedade**, Unicamp, Campinas, n. 6, jun. 1996.

_____. **Pobreza e desigualdade no Brasil**: O esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. Brasília: Ipea, 2000. Mimeografado.

ROSE, R.; MISHLER, W. Five years after the fall: Trajectories of Support for Democracy in Post-Communist Europe. In: NORRIS, P. (Ed). **Critical Citizens**. Oxford UP. 1999.

ROSE, R. Evaluating Long and Short-Term Transformation in Central Europe. **Studies in Public Policy**, n. 312, Univ. of Strathclyde, 1999.

_____. Medidas de democracia em surveys. **Opinião Pública**, v. 8, n. 1, p. 1-29, maio 2002.

SCHEDLER, A.; SARFIELD, R. Democrats with Adjectives: Linking Direct and Indirect Measures of Democratic Support. **Studies in Public Policy**, n. 394, Centre for the Study of Public Policy, 2004.

SELIGSON, M. (Ed.). **Challenges to Democracy in Latin America and the Caribbean**. Evidences from the Americas Barometer, 2006-2007. Nashville: Vanderbilt University, 2008.

SOARES, S. S. D. **Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. Brasília: Ipea, 2006 (Textos para Discussão, n. 1.166).

SOLA, L. (Org.). **O Estado e a transição**: política e economia na Nova República. São Paulo: Ed. Vértice, 1988.

WILL, J. The Dimensions of Poverty, the public perceptions of the deserving poor. **Social Science Research**, n. 22, 1993.

ANEXO

PESQUISA FAPESP

QUESTÕES: FATORIAL ADESÃO

1. O(a) sr.(a) concorda ou discorda com a seguinte afirmação: A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo. O(a) sr.(a) concorda ou discorda?
2. Gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse com qual dessas três afirmações o(a) sr.(a) concorda mais:
 - a) A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo.
 - b) Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático.
 - c) Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura.
3. Tem gente que acha que sem partidos políticos não pode haver democracia, outras pessoas acham que a democracia pode funcionar sem partidos políticos. O que você acha?
 - a) Sem partidos não pode haver democracia.
 - b) A democracia pode funcionar sem partidos.
4. O que é melhor, um presidente da República que (...)?
 - a) Seja identificado com um partido político ou (...)
 - b) Um presidente que não dê importância para os partidos.
5. Na sua opinião, os partidos políticos são:
 - a) Indispensáveis à democracia.
 - b) Só servem para dividir as pessoas.
 - c) Outras respostas.

6. O Congresso Nacional é formado por deputados federais e senadores eleitos pelo povo. Tem gente que acha que sem Congresso Nacional não pode ter democracia, enquanto outras pessoas acham
- a) Sem Congresso Nacional não pode haver democracia.
 - b) A democracia pode funcionar sem Congresso Nacional.
7. Você acha que o Brasil precisa do Congresso Nacional, isto é, da Câmara de Deputados e do Senado, ou nós poderíamos passar bem sem ele?
- a) O país precisa da Câmara dos Deputados e do Senado.
 - b) Poderíamos passar bem sem a Câmara de Deputados e Senado.
8. Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas próximas eleições para Presidente da República?
- Sim.
- Não.
9. Você acha que:
- a) A maneira como as pessoas votam pode fazer com que as coisas mudem.
 - b) Não importa como as pessoas votam, não fará com que as coisas mudem.

QUESTÕES: FATORIAL DESEMPENHO

PESQUISA FAPESP

1. Você diria que está muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil?
2. Como você acha a democracia no Brasil?
- a) Uma democracia com pequenos problemas.
 - b) Uma democracia com grandes problemas.
 - c) O Brasil não é uma democracia.
 - d) Não sei o que é uma democracia.

3. Na sua opinião, o presidente Lula está fazendo um governo:
- a) Muito bom.
 - b) Bom.
 - c) Regular.
 - d) Ruim.
 - e) Muito ruim.
4. E quanto à situação econômica do Brasil no governo Lula – desde janeiro de 2003. Você diria que a situação econômica do país melhorou, piorou ou ficou igual ao que era antes?
- a) Melhorou.
 - b) Ficou igual.
 - c) Piorou.
5. Você acredita que as eleições no Brasil são limpas ou são objeto de fraude?
- a) As eleições são limpas.
 - b) São objetos de fraude.
6. Como você avalia a situação econômica do país hoje?
- a) Muito boa.
 - b) Boa.
 - c) Regular.
 - d) Ruim.
 - e) Muito ruim.
7. E, no próximo ano, a situação econômica do país será:
- a) Muito melhor.
 - b) Um pouco melhor.
 - c) Igual.
 - d) Um pouco pior.
 - e) Muito pior.
8. A sua situação econômica atual e a de sua família é:
- a) Muito boa.
 - b) Boa.
 - c) Regular.
 - d) Ruim.
 - e) Muito ruim.

9. E, nos próximos 12 meses, você acha que sua situação econômica e a da sua família será (...) que a situação econômica que vocês têm hoje?
- a) Muito melhor.
 - b) Um pouco melhor.
 - c) Igual.
 - d) Um pouco pior.
 - e) Muito pior.
10. Pensando em sua situação econômica de hoje e comparada com a de dez anos atrás, você diria que ela (...) em relação ao resto dos brasileiros?
- a) Melhorou muito.
 - b) Melhorou um pouco.
 - c) Permaneceu igual.
 - d) Piorou um pouco.
 - e) Piorou muito.
11. O salário que você ganha e o total de rendimentos de sua família lhe permite cobrir satisfatoriamente suas necessidades? Por favor, me indique em qual das seguintes situações você se encontra?
- a) É suficiente, permite economizar.
 - b) É suficiente, não tenho grandes dificuldades.
 - c) Não é suficiente, tenho dificuldades.
 - d) Não é suficiente, tenho grandes dificuldades.
12. Como você avalia os serviços públicos do país em relação ao serviço de (...) Você acha que é:
- Habitação.
 - Saúde.
 - Transportes.
 - Polícia.
 - Educação.
 - Seguro-desemprego.
 - Esgoto e saneamento.
 - Previdência social.

13. Gostaria que você avaliasse a atuação de cada uma das seguintes instituições:

- Igreja.
- Forças Armadas.
- Poder Judiciário.
- Polícia.
- Congresso Nacional.
- Partidos políticos.
- Televisão.
- Sindicatos.
- Empresários.
- Governo.
- Presidente.
- Bombeiros.
- Leis do país.

PESQUISA LAPOP

QUESTÕES: FATORIAL ADESÃO

Agora, vou ler várias frases. Levando em conta a situação atual do país, me diga com qual das seguintes frases o(a) sr.(a) concorda mais:

1. O Congresso impede muito o trabalho de nossos presidentes e deveria ser ignorado, [ou ao contrário].
2. Mesmo que atrapalhe o trabalho do presidente, nossos presidentes não deveriam passar por cima do Congresso.
1. Nossos presidentes devem fazer o que o povo quer, mesmo que as leis os impeçam [ou ao contrário].
2. Nossos presidentes devem obedecer às leis, mesmo que o povo não goste.

Na sua opinião:

1. A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo
2. Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia
3. Tanto faz/nenhuma das duas é melhor [espontânea, não ler]

Agora, vamos usar um cartão similar, porém o ponto 1 representa “discorda muito” e o ponto 7 representa “concorda muito”. Um número entre 1 e 7 representa uma pontuação intermediária. Eu vou ler várias frases e queria que me dissesse até que ponto o(a) sr.(a) concorda ou discorda .

A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?

Pode haver democracia sem que existam partidos políticos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?

Existem pessoas que dizem que precisamos de um líder forte que não seja eleito por meio do voto. Outros dizem que, ainda que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular, é sempre o melhor. O que o(a) sr.(a) pensa?

1. Precisamos de um líder forte que não seja eleito por meio do voto ou
2. A democracia eleitoral é o melhor.

Com qual das seguintes frases o(a) sr.(a) está mais de acordo:

- a) Para a sociedade tanto faz um regime democrático ou um não democrático.
- b) A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.
- c) Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático.

PESQUISA LAPOP

QUESTÕES: FATORIAL DESEMPENHO

1. Até que ponto o(a) sr.(a) tem confiança na justiça?

- Justiça Eleitoral?
- Forças Armadas [o Exército]?
- Congresso Nacional?
- Governo federal?
- Ministério Público?
- Polícia Federal?

Igreja Católica?
Partidos políticos?
Supremo Tribunal Federal?
Governo municipal?
Meios de comunicação?
Sindicatos?
Empresários?
Presidente da República?
Bombeiros?
Correios?

2. Agora, falando em economia (...) Como o(a) sr.(a) avalia a situação econômica do país? O(a) sr.(a) acha que é muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?
- a) Muito boa.
 - b) Boa.
 - c) Nem boa, nem má (regular).
 - d) Má.
 - e) Muito má (péssima).
3. O(a) sr.(a) considera que a situação econômica atual do país está melhor, igual, ou pior que há 12 meses?
- a) Melhor.
 - b) Igual.
 - c) Pior.
4. Como o(a) sr.(a) avalia, em geral, sua situação econômica? O(a) sr.(a) acha que é muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?
- a) Muito boa.
 - b) Boa.
 - c) Nem boa, nem má (regular).
 - d) Má.
 - e) Muito má (péssima).
5. O(a) sr.(a) acha que sua atual situação econômica está melhor, igual ou pior que há 12 meses?
- a) Melhor.
 - b) Igual.
 - c) Pior.

6. E falando do governo, em geral, como o(a) sr.(a) avalia o trabalho que o presidente Lula está realizando:
- a) Muito bom .
 - b) Bom .
 - c) Nem bom, nem mal (regular).
 - d) Mal.
 - e) Muito mal (péssimo).
7. De maneira geral, o(a) sr.(a) está muito satisfeito, satisfeito, pouco insatisfeito ou muito insatisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil?
- a) Muito satisfeito.
 - b) Satisfeito.
 - c) Insatisfeito.
 - d) Muito insatisfeito.
8. Em sua opinião, o Brasil é um país muito democrático, mais ou menos democrático, pouco democrático ou nada democrático?
- a) Muito democrático.
 - b) Mais ou menos democrático.
 - c) Pouco democrático.
 - d) Nada democrático.
9. O(a) sr.(a) participa do programa _____ [LER NOME DE CADA UM DOS PROGRAMAS ABAIXO], do governo federal ? [INSTRUÇÃO: é preciso deixar claro para o entrevistado que a questão se refere aos programas do governo federal dado que alguns estados também possuem programas sociais similares]
- Bolsa Família.
 - Bolsa Escola.
 - Bolsa Alimentação.
 - Vale Gás.
10. Alguém da sua família ou algum conhecido do(a) sr.(a) participa do programa _____ [LER NOME DE CADA UM DOS PROGRAMAS ABAIXO], do governo federal ? [INSTRUÇÃO: é preciso deixar claro para o entrevistado que a questão se refere aos programas do governo federal dado que alguns estados também possuem programas sociais similares]
- Bolsa Família.
 - Bolsa Escola.
 - Bolsa Alimentação.
 - Vale Gás.

DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS

DESCONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

Pesquisa associada ao projeto temático Fapesp processo nº 04/07952-8.

Survey nacional com adultos brasileiros, acima de 16 anos, realizado entre 1º e 15 de junho de 2006.

Amostra representativa nacional, com 2.004 entrevistas pessoais.

Amostra probabilística com três estágios: seleção de municípios; seleção de setores censitários; seleção de domicílios a partir de quotas de sexo, idade, escolaridade e PEA/não PEA, tal como definido na Pnad/2004.

Coordenação: José Ávaro Moises (Nupes/USP) e Rachel Meneguello (Cesop/Unicamp).

PESQUISA LAPOP/BRASIL

Pesquisa associada ao America's Barometer–Vanderbilt University.

Survey nacional com adultos brasileiros, acima de 16 anos, realizado entre 12 de julho e 26 de agosto de 2007.

Amostra representativa nacional, com 1.214 entrevistas pessoais.

Amostra probabilística com três estágios: seleção de municípios; seleção de setores censitários; seleção de domicílios.

Coordenação: Denise Paiva (UFG) e Simone Bohn (York University).